

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 458

As Agências Federais de Crédito e as Prioridades do Governo Central

José Romeu de Vasconcelos

JANEIRO DE 1997

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 458

As Agências Federais de Crédito e as Prioridades do Governo Central

*José Romeu de Vasconcelos**

Brasília, janeiro de 1997

* Técnico da Coordenação Geral de Finanças Públicas do IPEA.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Ministro: *Antônio Kandir*
Secretário Executivo: *Martus Tavares*



Presidente
Fernando Rezende

DIRETORIA

Claudio Monteiro Considera
Gustavo Maia Gomes
Luís Fernando Tironi
Luiz Antonio de Souza Cordeiro
Mariano de Matos Macedo
Murilo Lôbo

O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e promover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 170 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília — DF:
SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10^o andar
CEP 70076-900

Rio de Janeiro — RJ:
Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14^o andar
CEP 20020-010

SUMÁRIO

SINOPSE

1 OPERAÇÕES DAS AGÊNCIAS FEDERAIS DE CRÉDITO **7**

2 OPERAÇÕES DE CADA AGÊNCIA INDIVIDUALMENTE **9**

3 AS PRIORIDADES DOS GOVERNOS COLLOR E
ITAMAR FRANCO — 1990/1994 **44**

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES **57**

ANEXO ESTATÍSTICO **60**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **75**

SINOPSE

A questão do papel das agências federais de crédito (AFC) no financiamento das atividades econômicas consideradas prioritárias pelo governo federal tem sido um dos pontos que têm levado a discussões no que se refere à formulação da política oficial de crédito do governo central.

O presente trabalho tem como objetivos principais: (i) verificar se as instituições federais de crédito vêm observando as diretrizes governamentais na concessão de empréstimos e financiamentos, e (ii) com base nos dados da taxa de investimento calculado pelo IBGE, estimar a contribuição dos desembolsos das AFC para o total da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Assim, o estudo apresenta, em primeiro lugar, um diagnóstico das operações de desembolsos em nível agregado das AFC. Em segundo, esses desembolsos são analisados individualmente, destacando-se o financiamento para investimento e para a atividade produtiva. O terceiro capítulo resume as principais prioridades dos governos Collor e Itamar Franco, especialmente aquelas que deveriam orientar a atuação das instituições de crédito. Finalmente, no quarto e último capítulo são apresentadas as conclusões e recomendações, visando tornar efetivas as prioridades governamentais na alocação de recursos financeiros dos bancos oficiais federais.

Na elaboração deste estudo, contou-se com o apoio de várias instituições e pessoas que forneceram informações e esclarecimentos essenciais para a sua realização. Nesse sentido, queremos agradecer ao Banco do Brasil S.A. (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), Banco da Amazônia S.A. (BASA), Banco Meridional do Brasil S.A. e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

1 OPERAÇÕES DAS AGÊNCIAS FEDERAIS DE CRÉDITO

1.1 Financiamento O governo federal, por meio de suas instituições de crédito,¹ destinou recursos da ordem de US\$130,3 bilhões para financiamento das atividades econômicas do país no período 1990/1994 sendo que, destes, US\$ 44,8 bilhões foram orientados ao financiamento de investimento, representando cerca de 34,4% do total. O restante destinou-se ao financiamento das atividades produtivas, tais como crédito para capital de giro das empresas (US\$ 44,4 bilhões), custeio e comercialização agropecuária (US\$ 27,0 bilhões) e outras atividades não-especificadas (US\$ 14,1 bilhões), conforme a tabela 1A. Em relação ao produto interno bruto (PIB), os financiamentos das AFC representaram 5,7%, em média no período. Como as agências têm uma estrutura extremamente complexa, seria de esperar que a contribuição para a atividade econômica fosse mais expressiva.

Desses financiamentos, cabe ressaltar que apenas o BB e a CEF contribuíram com cerca de 54,3% e 21,1%, respectivamente. O BNDES, por sua vez, aplicou 14,0% do total, sendo 40,0% dos recursos para financiar investimentos, enquanto o BB alocou cerca de 88,3% do total para crédito agropecuário.

TABELA 1A
Agências Federais de Crédito
Operações de Crédito — Desembolsos por Áreas e Setores
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994 ¹		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
F. Financiamento	26 128 680	100,0	24 459 683	100,0	22 822 187	100,0	22 065 554	100,0	34 857 741	100,0	130 333 845	100,0
F.1. Financiamento de Investimento	12 287 263	47,0	9 754 694	39,9	7 306 333	32,0	6 089 223	27,6	9 333 053	26,8	44 770 566	34,4
F.1.1. Expansão e Modernização Agropecuária	871 487	3,3	613 526	2,5	1 084 306	4,8	1 502 705	6,8	2 827 091	8,1	6 899 115	5,3
F.1.2. Expansão e Modernização Industrial	5 857 151	22,4	4 601 764	18,8	2 082 453	9,1	1 742 771	7,9	2 863 521	8,2	17 147 660	13,2
F.1.3. Expansão e Modernização Comercial	19 582	0,1	8 241	0,0	3 871	0,0	3 565	0,0	142 015	0,4	177 274	0,1
F.1.4. Expansão e Modernização de Serviços	127 570	0,5	101 794	0,4	(16 295)	(0,1)	39 936	0,2	206 432	0,6	459 437	0,4
F.1.5. Infra-Estrutura	924 388	3,5	920 215	3,8	1 131 901	5,0	1 015 548	4,6	1 916 847	5,5	5 908 899	4,5
F.1.6. Habitação	2 374 500	9,1	2 609 400	10,7	2 482 200	10,9	1 239 300	5,6	667 600	1,9	9 373 000	7,2
F.1.7. Capacitação Tecnológica, Qualidade e Produtividade	43 643	0,2	35 214	0,1	93 753	0,4	176 657	0,8	184 566	0,5	533 833	0,4
F.1.8. Meio Ambiente	13 889	0,1	37 806	0,2	49 876	0,2	52 870	0,2	54 398	0,2	208 839	0,2
F.1.9. Saneamento	778 800	3,0	772 200	3,2	361 100	1,6	273 800	1,2	333 800	1,0	2 519 700	1,9
F.1.10. Turismo	21 239	0,1	13 763	0,1	30 861	0,1	35 660	0,2	78 095	0,2	179 618	0,1
F.1.11. Atividades Não -Especificadas	1 255 014	4,8	40 771	0,2	2 307	0,0	6 411	0,0	58 688	0,2	1 363 191	1,0
F.2. Financiamento da Atividade Produtiva	13 841 417	53,0	14 704 989	60,1	15 515 854	68,0	15 976 331	72,4	25 524 688	73,2	85 563 279	65,6
F.2.1. Crédito para Capital de Giro	8 431 039	32,3	8 931 914	36,5	8 006 411	35,1	6 202 533	28,1	12 868 154	36,9	44 440 051	34,1
F.2.2. Custeio da Atividade Agropecuária	3 886 675	14,9	3 855 292	15,8	3 071 797	13,5	5 777 772	26,2	4 476 998	12,8	21 068 534	16,2
F.2.3. Comercialização Agropecuária	619 377	2,4	612 568	2,5	1 999 911	8,8	943 368	4,3	1 780 786	5,1	5 956 010	4,6
F.2.4. Outros	904 326	3,5	1 305 215	5,3	2 437 735	10,7	3 052 658	13,8	6 398 750	18,4	14 098 684	10,8

¹ BB, CEF, BNDES, BNB, BASA, Meridional e FINEP.

Notas: * BB, CEF, BNDES, BNB, BASA, Meridional e FINEP.

** Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Cumpre salientar que recursos da ordem de 10,3% do total foram aplicados pelos bancos de caráter regional (BNB, BASA e Meridional) nas regiões Nordeste, Norte e Sul, atingindo o valor de US\$ 13,4 bilhões (ver tabela 1B).

TABELA 1B
Agências Federais de Crédito
Operações de Crédito — Desembolsos por Agência
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%								
Financiamento	26 128 680	100,0	24 459 683	100,0	22 822 187	100,0	22 065 554	100,0	34 857 741	100,0		100,0
BB**	16 366 521	62,6	13 097 403	53,5	9 849 564	43,2	10 471 018	47,5	21 037 753	60,4	70 822 259	54,3
CEF	3 911 100	15,0	5 631 900	23,0	7 385 900	32,4	5 583 200	25,3	4 970 100	14,3	27 482 200	21,1
BNDES	3 247 989	12,4	3 077 348	12,6	3 178 431	13,9	3 224 012	14,6	5 511 107	15,8	18 238 887	14,0
BNB	1 591 770	6,1	1 314 532	5,4	1 062 292	4,7	1 396 424	6,3	1 664 881	4,8	7 029 899	5,4
BASA	415 200	1,6	895 900	3,7	625 000	2,7	502 600	2,3	700 900	2,0	3 139 600	2,4
MERIDIONAL	592 000	2,3	433 000	1,8	650 000	2,8	766 000	3,5	823 000	2,4	3 264 000	2,5
FINEP	4 100	0,0	9 600	0,0	71 000	0,3	122 300	0,6	150 000	0,4	357 000	0,3

Fonte: BB, CEF, BNDES, BNB, BASA, Meridional e FINEP.

Notas: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

** Deduzidas as operações com recursos repassados pelo sistema BNDES.

1.1.1 Financiamento de Investimento

Do total direcionado para investimento, 38,3% foi canalizado para Expansão e Modernização da Indústria (US\$ 17,2 bilhões) sendo o restante distribuído para Expansão e Modernização Agropecuária (US\$ 6,9 bilhões), Habitação (US\$ 9,4 bilhões), Infra-Estrutura (US\$ 5,9 bilhões), Saneamento (US\$ 2,5 bilhões) e Outros Setores (US\$ 2,9 bilhões).

Com base nos valores desembolsados pelas AFC para financiamento de investimento e nos dados de taxa de investimento calculada pelo IBGE, pode-se estimar a contribuição das operações do Sistema Financeiro Federal para a Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil. A última coluna da tabela 1C revela que essa participação mostrou queda até 1993, quando atingiu 6,2%, e apresentou uma pequena recuperação em 1994 (7,7%).

Por outro lado, essas participações não comprovam a idéia de que as AFC, ao longo dos últimos anos, tenham exercido monopólio no fornecimento de linhas de crédito de longo prazo para a indústria, a infra-estrutura, a habitação, o saneamento, a agropecuária, etc. Pode-se concluir que, a partir da reduzida participação do financiamento oficial na FBCF, parcela expressiva do investimento tem sido realizada com *funding* captado por diversas outras modalidades, tais como lançamento de bôn-

nus no mercado doméstico e internacional, poupança própria, colocação de debêntures junto aos bancos de investimento, etc.

TABELA 1C
Financiamento de Investimento pelas Agências Federais de Crédito
e Formação Bruta de Capital Fixo
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Ano	Valor Investido	Financiamento	Financiamento/Valor Investido (em porcentagem)
1990	90 083 100	12 287 263	13,6
1991	83 000 100	9 754 694	11,7
1992	85 937 200	7 306 333	8,5
1993	98 910 100	6 089 223	6,2
1994	121 605 700	9 333 053	7,7

Fonte: Revista do BNDES — dezembro de 1995 e tabela 1A.

1.1.2 Financiamento da Atividade Produtiva

Do total desembolsado pelas AFC para financiamento da atividade produtiva, 51,9% (US\$ 44,4 bilhões) destinaram-se às operações de crédito para capital de giro das empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços. O custeio da atividade agropecuária e a comercialização agrícola receberam, respectivamente, US\$ 21,1 bilhões e US\$ 5,9 bilhões, representando 20,8% do total da atividade produtiva. Outras atividades, tais como exportação, importação e atividades não-especificadas, receberam no período a importância de US\$ 14,1 bilhões.

2 OPERAÇÕES DE CADA AGÊNCIA INDIVIDUALMENTE

2.1 Banco do Brasil

2.1.1 Introdução

Além de principal agente financiador da produção agrícola, o BB fomenta a produção industrial e apóia o comércio exterior, ao mesmo tempo em que confere especial atenção às pequenas e médias empresas, aos pequenos produtores rurais e ao sistema cooperativista.

Sendo limitada a participação do Tesouro Nacional no financiamento agrícola, o BB vem assumindo cada vez mais responsabilidade no crédito rural. O total de recursos à disposição da agropecuária chegou a representar cerca de dois terços das aplicações feitas pelo Sistema Financeiro Nacional.

As relações do BB com os produtores rurais não se limitam ao financiamento de suas atividades. Além das operações bancárias rotineiras, o banco tem ampliado os seus negócios nessa área mediante a contratação de seguros especiais, financiamentos a cooperativas, câmbio e várias alternativas de repasse. É agente de inúmeros programas de incentivo às atividades agropecuárias e repassa créditos da Agên-

cia Especial de Financiamento Industrial (FINAME) para compras de máquinas, equipamentos, veículos e para ampliação de instalações.

No âmbito da FINAME, o BB ocupa o primeiro lugar no conjunto das instituições financeiras intermediadoras de recursos, participando com 50%, em média, das operações realizadas no período 1990/1994. Essa posição foi consolidada principalmente a partir da preferência dos pequenos e médios produtores pelo financiamento de máquinas e implementos agrícolas. É, portanto, na agricultura que o banco concentra grande parte de seus esforços.

No setor externo, o BB presta, igualmente, relevante contribuição à produção privada. Assim, no fomento do intercâmbio com o exterior, o BB tem financiado a exportação de bens de capital, com destaques para as vendas de aeronaves, veículos automotores, navios graneleiros, petroleiros e cargueiros, locomotivas e material ferroviário, equipamentos para fábrica de papel e celulose, e para linhas de transmissão e telecomunicações.

Quanto ao apoio às exportações de serviços, cabe ressaltar empreendimentos como construção de pontes, ferrovias e rodovias na Tanzânia, no Congo e no Oriente Médio; de hospitais, usinas siderúrgicas, hidrelétricas e aeroportos na América do Sul; e de barragens e complexos para produção de soja em países da África Oriental. Além disso, dá suporte à execução de projetos de desenvolvimento da rede de telecomunicações de centrais telefônicas no Uruguai.

Por outro lado, o BB, como agente do Tesouro Nacional, liberou recursos provenientes do Fundo de Financiamento das Exportações (PROEX), que visa proporcionar maior competitividade na venda externa de bens e serviços de origem brasileira.

As atividades de transporte também receberam significativo aporte de recursos do banco, distribuídos por todas as regiões do país e destinados desde a renovação de frotas municipais de ônibus e veículos de limpeza urbana até projetos como a implantação do sistema ferroviário urbano do Distrito Federal, com repasse de recursos do BNDES.

Deve-se destacar ainda o apoio dado pelo BB às empresas de menor porte. Assim, através de convênio com o Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), o BB lançou, em 1992, o MIPEM Ouro, linha de crédito destinada a atender às necessidades de capital de giro e investimento das pequenas e médias empresas, e o MIPEM Investimento, reativado em 1993.

Há a destacar, ainda, sua condição de gestor do Fundo Constitucional de Investimento do Centro-Oeste (FCO) — papel que lhe foi atribuído pela Constituição federal de 1988. No âmbito do FCO foram alocados recursos para setores produtivos daquela região, destacando-se as inversões feitas em agropecuária, extrativismo mineral, indústria e turismo. A maior parte dos créditos concedidos no período

beneficiaram os mini e pequenos produtores rurais e industriais, proporcionando a geração de grande número de empregos diretos e indiretos.

O BB tem sido uma instituição estrategicamente vinculada ao Estado e à sociedade brasileira — não apenas pela participação do Tesouro no capital do empreendimento, mas também porque há perfeita sintonia com o governo na execução dos programas de estabilização e apoio ao desenvolvimento nacional.

Atualmente, o BB tem objetivos de duas ordens: como banco oficial, está comprometido com as metas governamentais de alavancar o desenvolvimento nacional e, ao mesmo tempo, como uma empresa com funções mercantis, deve ser ágil na mobilização de recursos em larga escala, para satisfazer às necessidades de seus clientes e do mercado.

2.1.2 Financiamento do BB As operações de crédito do banco no país, no decorrer de 1990/1994, registraram um desembolso de US\$ 73,1 bilhões, correspondendo a uma média anual de US\$ 14,6 bilhões, sendo US\$ 12,3 bilhões para investimento e US\$ 60,7 bilhões para financiamento da atividade produtiva (ver tabela 2A).

Os desembolsos do BB em 1994 atingiram US\$ 22,0 bilhões, o que representou um crescimento de 101,8% em relação ao ano anterior — o melhor resultado (em termos reais) dos últimos cinco anos. Parte substantiva desse incremento se deve a dois fatores: (a) apreciação do real frente ao dólar; e (b) aumento do giro das operações de crédito do BB, devido à redução dos prazos dos financiamentos.

2.1.2.1 Financiamento de Investimento Do total de recursos alocados para financiamento de investimento, US\$ 6,9 bilhões (56%) destinaram-se a Expansão e Modernização Industrial, US\$ 3,5 bilhões (28,5%) à Expansão e Modernização da Agropecuária e o restante, distribuído por Comércio, Serviços e Atividades Não-Especificadas.

Deve-se ressaltar os seguintes movimentos: (i) recuo da importância relativa dos desembolsos destinados ao investimento do setor industrial, sobretudo a partir de 1992; como contrapartida, (ii) crescente importância dos empréstimos para investimento no setor agropecuário, e (iii) crescente participação dos repasses da FINAME para financiamento dos investimentos no setor agropecuário.

2.1.2.2 Financiamento da Atividade Produtiva

Do total desembolsado pelo BB para financiamento da atividade produtiva, foi destinada a parcela de US\$ 20,9 bilhões a Custeio da Atividade Agropecuária e de US\$ 5,9 bilhões a Comercialização Agropecuária, o que reflete a prioridade dada pelo BB à atividade agrícola nas suas operações de crédito nos últimos cinco anos.

As operações de Crédito para Capital de Giro, que alcançaram US\$ 28,3 bilhões no período analisado, foram as que atingiram maior vulto na atividade bancária do BB. A distribuição setorial dessa modalidade de crédito para capital de giro foi a seguinte: (i) Atividade Industrial, US\$ 13,3 bilhões, (ii) Atividade Comercial, US\$ 5,5 bilhões, (iii) Atividade de Prestação de Serviços, US\$ 3,1 bilhões, e (iv) Atividades Não-Especificadas, US\$ 6,5 bilhões. Vale salientar que, ao longo do período, novas linhas de crédito para giro foram criadas, tendo ocorrido também a reativação da tradicional modalidade de abertura de crédito rotativo em conta-corrente.

Deve-se destacar, ainda, a retomada do financiamento das micro e pequenas empresas em 1993. Foram ampliadas as perspectivas de atendimento e compatibilizadas as modalidades de financiamento às reais necessidades das empresas. Merecem menção, igualmente, as operações de *leasing*, especialmente as destinadas às pessoas físicas, que foram diversificadas com a incorporação de novos produtos importados. O crédito direto ao consumidor foi atendido por linhas próprias ao financiamento de automóveis populares novos, linhas telefônicas e de microcomputadores, e periféricos de uso pessoal.

Para custear suas operações de crédito, o BB utilizou majoritariamente recursos próprios captados nos mercados interno e externo; o fluxo de depósitos foi sua principal fonte de recursos no período examinado.

Em resumo, os resultados apresentados nesta subseção podem ser agrupados em dois conjuntos principais. Em primeiro lugar, a forte recuperação apresentada pelos desembolsos do BB em 1994, quando atingiu o maior valor dos últimos cinco anos. Em segundo lugar, os movimentos no sentido de reduzir a importância dos desembolsos destinados ao financiamento do investimento, sobretudo a partir de 1993, em favor do aumento da importância dos empréstimos para a atividade produtiva.

2.2 Caixa Econômica Federal — CEF

2.2.1 Introdução

A partir da incorporação do antigo Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1986 à CEF, esta tem sido o carro-chefe da política habitacional, pelo menos no que se refere à política vinculada ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

A CEF herdou um sistema falido, haja vista que, com a concessão do subsídio de 38,8% a seus mutuários em 1985, sem nenhuma medida compensatória de receita, agravou-se substancialmente o déficit do SFH. Ademais, como a maioria dos mutuários do SFH era composta por famílias de renda média e alta, um subsídio comum a todas as faixas de financiamento converteu-se, na prática, em uma política pública de redistribuição de rendas às avessas. Aliás, é de conhecimento público que a maioria das prestações de imóveis situados em bairros nobres das principais cidades brasileiras — adquiridos, via SFH, poucos anos antes do citado reajuste —, situam-se hoje em nível inferior ao valor de aluguel de casas relativamente modestas das periferias.

O modo como o governo incorporou o antigo BNH à CEF torna explícita a falta de proposta para resolver efetivamente os problemas do setor. Nesse sentido, a pura desarticulação institucional do banco, sem o enfrentamento de questões substantivas, somente agravou os problemas existentes.

A incorporação das atividades do BNH pela CEF fez com que a questão urbana, e especialmente a habitacional, passassem a depender de uma instituição em que esses temas, embora importantes, constituem preocupações setoriais. Do mesmo modo, ainda que considerada como agência financeira de vocação social, a CEF possui, como é natural, alguns paradigmas institucionais de um banco comercial, como a busca de equilíbrio financeiro, retorno do capital aplicado, etc. Nesse contexto, tornou-se muito difícil, por exemplo, dinamizar programas alternativos voltados para os setores de menor renda e que exigem elevado grau de subsídios.

No decorrer dos dois anos e meio de mandato do governo Collor, o SFH passou por poucas inovações em relação à administração anterior. Possivelmente devido à ênfase e primazia no combate à inflação, todos os programas sociais de maior envergadura foram postergados para um segundo momento.

Apresentado como medida de caráter emergencial, o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), lançado em maio de 1990, propunha-se a financiar em 180 dias cerca de 245 mil habitações. Totalmente financiado com recursos do FGTS, o plano tinha como população-alvo as famílias com renda média até cinco salários mínimos. O PAIH possuía três vertentes: o Programa de Moradias Populares (unidades acabadas), o Programa de Lotes Urbanizados e o Programa de Ação Municipal para Habitação Popular. A coordenação geral ficava a cargo do ex-Ministério da Ação Social; a CEF tinha a responsabilidade de implementar os programas por agentes promotores. A CEF pode atuar também como agente financeiro, do mesmo modo que os bancos e as caixas econômicas estaduais, as sociedades de créditos imobiliários e as companhias de habitação.

A avaliação do PAIH mostra o não-cumprimento de várias metas estabelecidas: o prazo estimado de 180 dias alongou-se por mais de dezoito meses; o custo unitário médio foi bem superior ao previsto inicialmente, ocasionando uma diminuição

de 245 mil para 210 mil unidades. No número de unidades habitacionais construídas ainda durante a administração Collor, nenhuma iniciativa foi tomada visando rediscutir em profundidade o SFH. Em 1991, foi facilitada a quitação da casa própria pela metade do saldo devedor e pelo pagamento das mensalidades restantes, sem correção e juros. Permitiu-se também o uso do FGTS para quitação antecipada. O governo conseguiu momentaneamente aumentar o fluxo de caixa para financiamentos habitacionais, mas seguramente isso significou maiores subsídios e agravamento ainda maior da crise. O contra-argumento do governo era o de que essa receita estava perdida devido aos baixos valores das prestações e que, assim, pelo menos foi possível resgatar parte dessa verba.

Com a destituição de Collor e a posse do presidente Itamar Franco, verifica-se uma tentativa de mudança nos rumos da política habitacional, especialmente no que se refere às classes de baixa renda, com os programas Habitar — Brasil e Morar Municípios, que foram implementados paralelamente ao Sistema Financeiro da Habitação.

Entretanto, pouco foi feito para mudar o conhecido quadro de crise estrutural do SFH. Extinguiu-se o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), criou-se um plano de amortização baseado no comprometimento de renda (uma substituição ao antigo Plano de Equivalência Salarial), definiram-se percentuais máximos de cobrança de taxas e despesas cartoriais, etc.

Além disso, houve um esforço para obrigar os bancos a respeitar a lei e canalizar pelo menos parte da captação das cadernetas para investimentos habitacionais voltados para a classe média. Em relação à produção de casas populares, a administração Itamar procurou atuar em duas frentes. Primeiro, buscou terminar, até meados de 1994, cerca de 260 mil casas financiadas pelo governo anterior, com linhas de financiamento tradicionais (FGTS), recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e verbas orçamentárias. Previa-se a aplicação de cerca de US\$ 800 milhões para a conclusão dessas casas. Em segundo lugar, o governo lançou os programas Habitar — Brasil — a ser desenvolvido em municípios de mais de 50 mil habitantes — e Morar Brasil — destinado a municípios de menor porte. Apesar de toda a boa vontade do governo, apenas mudanças mínimas foram feitas nas regras do Sistema Financeiro da Habitação, que continua com um rombo financeiro estimado em US\$ 50 bilhões. Além disso, em relação a investimentos populares, o governo esperava contar sobretudo com verbas a fundo perdido oriundas do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Essa verba acabou sendo muito menor do que a esperada pelos responsáveis pela política habitacional.

A administração do presidente Fernando Henrique Cardoso, que teve início em 1995, apresenta, como um dos pontos norteadores da nova política, a volta do tratamento da habitação no âmbito da política de desenvolvimento urbano, com

ação conjunta com os estados e municípios, de forma a garantir o uso e a ocupação do solo urbano e a função social das cidades. Esse governo instituiu dois programas novos de financiamento de casas populares — o Pró-Moradia, para quem ganha até três salários-mínimos, e a Carta de Crédito, para as famílias que recebem entre três e doze salários-mínimos.

Estão previstos no Plano Plurianual investimentos em habitação da ordem de R\$ 9 bilhões, com recursos do FGTS e outras fontes, para o período de 1996 a 1999.

Com a extinção do BNH, a política para saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário) — operacionalizada pelo Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) até o final da década de 80, tendo o Banco Nacional de Habitação (BNH) como órgão responsável pela maior parte dos financiamentos dos projetos — transferiu para a CEF a responsabilidade dos financiamentos.

Tal fato resultou na desarticulação das equipes técnicas, e, no período 1990/1994, houve a desestruturação do Sistema Federal de Saneamento (SFS). Nesse contexto, registrou-se uma pulverização dos recursos e responsabilidades entre o ex-Ministério do Bem-Estar Social e o Ministério da Fazenda (pela CEF), além dos ministérios da Saúde (que atuava junto aos municípios com a Fundação Nacional de Saúde), da Integração Regional, do Meio Ambiente e do Planejamento (este último por meio do IPEA, órgão executor do projeto de modernização do setor de saneamento).

A principal fonte de financiamento dos projetos de saneamento básico no período 1990/1994 foi o FGTS, a despeito de sua desastrosa administração no biênio 1990/1991, a qual inviabilizou a contratação de novos projetos nos anos de 1993 e 1994.

2.2.2 Financiamento da CEF

2.2.2.1 Financiamento de investimento

Do total desembolsado pela CEF (US\$ 27,5 bilhões) no período em análise, 42,9% foram destinados a Financiamento de Investimento, cabendo 35,7% Atividade Produtiva e 21,4%

Crédito Pessoal.

As operações de Financiamento de Investimento, realizadas pela Caixa Econômica ao longo do período 1990/1994, atingiram o montante de US\$ 11,8 bilhões, registrando uma média anual de US\$ 2,4 bilhões, conforme mostra a tabela 2B.

TABELA 2B
Caixa Econômica Federal — Operações de Crédito — Desembolsos
1990 — 1994

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%								
F. Financiamento	3 911 100	100,0	5 631 900	100,0	7 385 900	100,0	5 583 200	100,0	4 970 100	100,0	27 482 200	100,0
F.1 Financiamento de Investimento	3 328 800	85,1	3 463 200	61,5	2 763 900	37,4	1 398 400	25,0	828 500	16,7	11 782 800	42,9
F.1.1 Infra-Estrutura	320 700	8,2	232 000	4,1	136 100	1,8	103 500	1,9	55 100	1,1	847 400	3,1
F.1.2 Saneamento	778 800	19,9	772 200	13,7	361 000	4,9	273 600	4,9	333 800	6,7	2 519 400	9,2
F.1.3 Habitação	2 170 500	55,5	2 428 400	43,1	2 264 200	30,7	1 021 300	18,3	439 600	8,8	8 324 000	30,3
F.1.4 Serviços	58 800	1,5	30 600	0,5	2 600	0,0	-	-	-	-	92 000	0,3
F.2 Financiamento da Ativ. Produtiva	345 100	8,8	1 380 700	24,5	2 676 800	36,2	2 534 400	45,4	2 868 700	57,7	9 805 700	35,7
F.2.1 Crédito para Capital de Giro	345 100	8,8	1 380 700	24,5	2 676 800	36,2	2 534 400	45,4	2 868 700	57,7	9 805 700	35,7
F.3 Financiamento Pessoal	237 200	6,1	788 000	14,0	1 945 200	26,3	1 650 400	29,6	1 272 900	25,6	5 893 700	21,4
F.3.1 Crédito Comercial Pessoa Física	153 800	3,9	740 100	13,1	1 914 400	25,9	1 580 400	28,3	1 138 600	22,9	5 527 300	20,1
F.3.2 Crédito Educativo (PCE)	83 400	2,1	47 900	0,9	30 800	0,4	70 000	1,3	134 300	2,7	366 400	1,3

Fonte: Relatórios da Administração da CEF (1990 a 1994), Relatórios de Execução Orçamentária de Fundos e Programas (1990 a 1992) e BGCEF - Boletim Gerencial da CEF (1993 e 1994).

Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Do total alocado para investimento, 70,6% foram canalizados para Habitação (US\$ 8,3 bilhões); em Saneamento foram aplicados US\$ 2,5 bilhões, e, em Infra-Estrutura Urbana, um montante de US\$ 0,8 bilhão.

Durante os anos 1990/1994, a CEF beneficiou com desembolos do Sistema Financeiro de Habitação — SFH/Fundo de Desenvolvimento Social — FDS/Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE e FGTS, 1,9 milhão de unidades habitacionais, sendo 19% com recursos do SBPE (classe de renda média e alta) e o restante com disponibilidades do FGTS e FDS, em empreendimentos destinados à população de baixa renda. Do total de unidades habitacionais financiadas com recursos do SBPE (357 608 unidades), 88% foram contratos realizados com pessoas jurídicas e apenas 12% com pessoas físicas (ver tabelas 2C e 2D).

TABELA 2C
Empreendimentos/Pessoas Físicas Beneficiadas com Recursos do FGTS e FDS na
Área de Habitação — Distribuição por Região e Estado*
1990 — 1994

Região/ Estado	1990		1991		1992		1993		1994		Total	
	Contratos	Unidades	Contratos	Unidades	Contratos	Unidades	Contratos	Unidades	Contratos	Unidades	Contratos	Unidades
Centro-Oeste	184	40 740	113	22 678	71	14 387	31	3 647	11	2 101	410	83 553
DF	33	4 208	31	3 998	22	3 330	2	156	-	-	88	11 692
MS	38	6 318	26	3 749	17	2 761	8	910	2	95	91	13 833
GO	64	16 812	34	8 650	16	4 917	9	1 240	3	940	126	32 559
MT	49	13 402	22	6 281	16	3 379	12	1 341	6	1 066	105	25 469
Nordeste	570	175 061	332	117 828	171	59 377	131	41 170	52	16 678	1 256	410 114
AL	22	10 862	8	3 076	2	336	-	-	-	-	32	14 274
BA	116	38 279	62	21 522	47	16 490	35	12 505	17	6 635	277	95 431
CE	82	25 866	55	17 709	27	8 237	20	5 759	6	2 266	190	59 837
MA	72	16 866	29	6 539	4	1 226	3	977	3	977	111	26 585
PB	62	13 313	41	7 867	21	4 276	21	3 842	4	1 152	149	30 450
PE	78	33 713	68	33 668	41	17 163	34	13 867	17	4 768	238	103 179
PI	28	10 884	15	6 449	10	2 965	3	426	1	352	57	21 076
RN	54	12 095	35	8 239	11	4 086	12	3 741	3	496	115	28 657
SE	56	13 183	19	12 759	8	4 598	3	53	1	32	87	30 625
Norte	140	32 761	82	20 787	44	11 517	35	7 843	29	7 237	330	80 145
AM	22	6 325	16	4 197	12	2 912	7	1 196	4	740	61	15 370
AC	8	2 479	-	-	-	-	1	1	-	-	9	2 480
RO	23	4 550	12	2 183	9	1 601	9	1 601	9	1 601	62	11 536
RR	4	807	2	351	2	351	-	-	-	-	8	1 509
PA	77	16 252	46	11 708	17	4 849	15	4 532	14	4 388	169	41 729
AP	2	828	2	828	1	506	1	506	1	506	7	3 174
TO	4	1 520	4	1 520	3	1 298	2	7	1	2	14	4 347
Sudeste	777	262 638	624	219 166	356	129 120	242	86 147	127	49 579	2 126	746 650
ES	36	7 315	33	6 552	18	5 081	13	4 482	5	3 667	105	27 097
MG	192	49 654	147	36 479	65	21 667	46	13 404	21	6 002	471	127 206
RJ	120	40 282	115	37 027	71	25 319	47	19 155	27	12 745	380	134 528
SP	429	165 387	329	139 108	202	77 053	136	49 106	74	27 165	1 170	457 819
Sul	600	88 661	450	64 890	227	40 895	119	22 316	48	12 292	1 444	229 054
PR	388	62 043	252	39 108	134	22 348	68	13 273	24	6 989	866	143 761
SC	92	12 331	80	11 695	43	8 201	27	4 880	16	4 058	258	41 165
RS	120	14 287	118	14 087	50	10 346	24	4 163	8	1 245	320	44 128
Total	2 271	599 861	1 601	445 349	869	255 296	558	161 123	267	87 887	5 566	1 549 516

Fonte: CEF.

Nota: *Incluindo FDS em 1993 e 1994.

A distribuição regional (acumulada no período 1990/1994) dos Empreendimentos/Pessoas Físicas beneficiadas com recursos do FGTS na área de Habitação foi a seguinte: 48% na região Sudeste, 26% na região Nordeste, 15% no Sul e 5% no Centro-Oeste e Norte (ver tabela 2D).

TABELA 2E
Empreendimentos/Pessoas Físicas Beneficiadas com Recursos do FGTS e FDS na
Área de Habitação — Distribuição por Região e Estado*
1990 — 1994

(Em porcentagem)

Região/ Estado	1990		1991		1992		1993		1994		Total	
	Contratos	Unidades										
Centro-Oeste	8,10	6,79	7,06	5,09	8,17	5,64	5,56	2,26	4,12	2,39	7,37	5,39
DF	1,45	0,70	1,94	0,90	2,53	1,30	0,36	0,10	0,00	0,00	1,58	0,75
MS	1,67	1,05	1,62	8,42	1,96	1,08	1,43	0,56	0,75	0,11	1,63	0,89
GO	2,82	2,80	2,12	1,94	1,84	1,93	1,61	0,77	1,12	1,07	2,26	2,10
MT	2,16	2,23	1,37	1,41	1,84	1,32	2,15	0,83	2,25	1,21	1,89	1,64
Nordeste	25,10	29,18	20,74	26,46	19,68	23,26	23,48	25,55	19,48	18,98	22,57	26,47
AL	0,97	1,81	0,50	0,69	0,23	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,57	0,92
BA	5,11	6,38	3,87	4,83	5,41	6,46	6,27	7,76	6,37	7,55	4,98	6,16
CE	3,61	4,31	3,44	3,98	3,11	3,23	3,58	3,57	2,25	2,58	3,41	3,86
MA	3,17	2,81	1,81	1,47	0,46	0,48	0,54	0,61	1,12	1,11	1,99	1,72
PB	2,73	2,22	2,56	1,77	2,42	1,67	3,76	2,38	1,50	1,31	2,68	1,97
PE	3,43	5,62	4,25	7,56	4,72	6,72	6,09	8,61	6,37	5,43	4,28	6,66
PI	1,23	1,81	0,94	1,45	1,15	1,16	0,54	0,26	0,37	0,40	1,02	1,36
RN	2,38	2,02	2,19	1,85	1,27	1,60	2,15	2,32	1,12	0,56	2,07	1,85
SE	2,47	2,20	1,19	2,86	0,92	1,80	0,54	0,03	0,37	0,04	1,56	1,98
Norte	6,16	5,46	5,12	4,67	5,06	4,51	6,27	4,87	10,86	8,23	5,93	5,17
AM	0,97	1,05	1,00	0,94	1,38	1,14	1,25	0,74	1,50	0,84	1,10	0,99
AC	0,35	0,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,00	0,00	0,00	0,16	0,16
RO	1,01	0,76	0,75	0,49	1,04	0,63	1,61	0,99	3,37	1,82	1,11	0,74
RR	0,18	0,13	0,12	0,08	0,23	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,10
PA	3,39	2,71	2,87	2,63	1,96	1,90	2,69	2,81	5,24	4,99	3,04	2,69
AP	0,09	0,14	0,12	0,19	0,12	0,20	0,18	0,31	0,37	0,58	0,13	0,20
TO	0,18	0,25	0,25	0,34	0,35	0,51	0,36	0,00	0,37	0,00	0,25	0,28
Sudeste	34,21	43,78	38,98	49,21	40,97	50,58	43,37	53,47	47,57	56,41	38,20	48,19
ES	1,59	1,22	2,06	1,47	2,07	1,99	2,33	2,78	1,87	4,17	1,89	1,75
MG	8,45	8,28	9,18	8,19	7,48	8,49	8,24	8,32	7,87	6,83	8,46	8,21
RJ	5,28	6,72	7,18	8,31	8,17	9,92	8,42	11,89	10,11	14,50	6,83	8,68
SP	18,89	27,57	20,55	31,24	23,25	30,18	24,37	30,48	27,72	30,91	21,02	29,55
Sul	26,42	14,78	28,11	14,57	26,12	16,02	21,33	13,85	17,98	13,99	25,94	14,78
PR	17,08	10,34	15,74	8,78	15,42	8,75	12,19	8,24	8,99	7,95	15,56	9,28
SC	4,05	2,06	5,00	2,63	4,95	3,21	4,84	3,03	5,99	4,62	4,64	2,66
RS	5,28	2,38	7,37	3,16	5,75	4,05	4,30	2,58	3,00	1,42	5,75	2,85
Total	100,00											

Fonte: CEF.

* Incluindo FDS em 1993 e 1994.

As operações de crédito da CEF (com recursos do FGTS) destinadas à obras de saneamento beneficiaram, no período 1990/1994, um total de 1 300 contratos, enquanto o apoio a obras de infra-estrutura atingiu um total de 1 126 contratos, conforme mostram as tabelas 2F e 2G.

TABELA 2F
Empreendimentos/Pessoas Físicas Beneficiadas com Recursos do FGTS
na Área de Infra-Estrutura — Distribuição por Região e Estado
1990 — 1994

Região/ Estado	Contratos					Total
	1990	1991	1992	1993	1994	
Centro-Oeste	7	15	27	35	42	126
DF	2	4	4	4	4	18
MS	2	6	9	10	13	40
GO	2	2	6	10	11	31
MT	1	3	8	11	14	37
Nordeste	18	45	57	81	90	291
AL	1	3	3	4	4	15
BA	8	13	15	20	22	78
CE	0	1	1	6	6	14
MA	1	1	3	4	4	13
PB	3	3	5	5	6	22
PE	2	9	10	16	20	57
PI	0	0	1	2	2	5
RN	0	3	6	8	9	26
SE	3	12	13	16	17	61
Norte	5	9	13	16	17	60
AM	1	2	2	3	3	11
AC	0	0	0	0	0	0
RO	1	2	2	2	3	10
RR	1	2	3	3	3	12
PA	1	1	1	2	2	7
AP	0	0	1	1	1	3
TO	1	2	4	5	5	17
Sudeste	52	89	98	118	129	486
ES	0	3	6	9	10	28
MG	4	8	9	11	12	44
RJ	38	58	60	65	70	291
SP	10	20	23	33	37	123
Sul	11	20	34	47	51	163
PR	5	7	7	8	10	37
SC	0	2	5	11	12	30
RS	6	11	22	28	29	96
Total	93	178	229	297	329	1 126

Fonte: CEF.

TABELA 2G
Empreendimentos/Pessoas Físicas Beneficiadas com Recursos do FGTS
na Área de Saneamento — Distribuição por Região e Estado
1990 — 1994

Região/ Estado	Contratos					Total
	1990	1991	1992	1993	1994	
Centro-Oeste	52	52	42	41	39	226
DF	18	13	8	9	9	57
MS	23	9	8	6	6	52
GO	6	24	20	20	18	88
MT	5	6	6	6	6	29
Nordeste	87	77	51	40	33	288
AL	5	2	0	0	0	7
BA	9	14	13	9	8	53
CE	17	11	7	5	4	44
MA	16	7	4	0	0	27
PB	9	8	4	6	6	33
PE	14	21	14	15	12	76
PI	9	1	1	1	0	12
RN	4	1	1	0	0	6
SE	4	12	7	4	3	30
Norte	25	31	26	16	12	110
AM	5	6	5	2	1	19
AC	7	5	4	1	0	17
RO	2	3	2	2	2	11
RR	2	2	2	0	0	6
PA	4	6	6	4	4	24
AP	2	3	3	3	3	14
TO	3	6	4	4	2	19
Sudeste	116	111	79	66	51	423
ES	4	3	3	3	3	16
MG	24	28	21	19	14	106
RJ	41	30	15	12	11	109
SP	47	50	40	32	23	192
Sul	82	56	44	40	31	253
PR	49	25	17	16	7	114
SC	2	17	16	13	13	61
RS	31	14	11	11	11	78
Total	362	327	242	203	166	1 300

Fonte: CEF.

2.2.2.2 Financiamento de Apoio à Atividade Produtiva: Capital de Giro As Operações de Financiamento de Capital de Giro das empresas realizadas pela Caixa Econômica foram responsáveis, no período considerado, pela injeção de recursos da ordem de US\$ 9,8 bilhões na economia nacional, aí computado o giro característico dessas operações. As principais modalidades utilizadas pela CEF foram os descontos de títulos e abertura de crédito (crédito rotativo), *hot money* e crédito especial.

2.2.2.3 Financiamento Pessoal O crédito concedido a pessoas físicas atingiu o montante de US\$ 5,5 bilhões no mesmo período, tendo-se distribuído pelas seguintes modalidades: crédito rotativo (cheque especial), crédito educativo, desconto de notas promissórias, etc.

2.3 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas Subsidiárias Como principal gestor dos recursos para o financiamento de investimentos, o BNDES, desde sua criação em 1952, tem marcado profundamente a história do crescimento econômico brasileiro.

2.3.1 Introdução

Um dos objetivos principais da atuação do BNDES tem sido a geração de empregos, por meio da expansão da capacidade produtiva e do aumento da competitividade da economia brasileira, potencializando a participação dos recursos privados no financiamento do investimento.

A quase totalidade das aplicações do banco destinava-se, até 1959, a projetos de transporte e energia. Posteriormente, a instituição passou também a apoiar a indústria siderúrgica, o que possibilitou o crescimento desse setor no país.

Após 1964, a instituição ampliou seu apoio à iniciativa privada, diversificou suas operações e aumentou o número de setores atendidos. Financiou-se a instalação de novas indústrias, o desenvolvimento tecnológico, a compra de equipamentos nacionais (operação FINAME), assim como foram abertas linhas de financiamento a pequenas e médias empresas.

Ainda sob o efeito do choque do petróleo, o governo lançou, a partir de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com o propósito de intensificar o programa de substituições de importações. Nessa ocasião, o BNDES passou a financiar os setores de bens de capital e insumos básicos, tais como minerais, produtos siderúrgicos e metalúrgicos não-ferrosos, produtos químicos e petroquímicos, fertilizantes, cimento, celulose e papel. Esse esforço serviu para estimular a

formação de indústrias consumidoras desses insumos e o surgimento de grupos empresariais nacionais.

No decorrer da crise dos anos 80, o BNDES também financiou grandes projetos estatais: a conclusão da usina hidrelétrica de Itaipu, a informatização da Rede Ferroviária Federal, o aprimoramento da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), os Programas de Transporte Urbano no município de São Paulo e cidades de médio porte, e os Projetos de Expansão e Melhoria dos Portos.

Mais recentemente, a ação do BNDES visa: (i) promover a reestruturação da indústria, de modo a adequá-la a um grau maior de competição doméstica e internacional (mediante a concessão de apoio aos investimentos em empresas que agreguem, em seus produtos, vantagens competitivas internas e externas, incluindo aumento da escala e escopo da produtividade); (ii) modernizar o setor agropecuário, privilegiando a incorporação e difusão de novos conhecimentos tecnológicos para a agricultura empresarial por meio do FINAME Rural; (iii) modernizar e adequar a infra-estrutura econômica, buscando maior participação de investimento pelo setor privado; e (iv) contribuir para a preservação do meio ambiente.

O BNDES atende a uma demanda que se distribui por amplo leque de atividades: (i) apóia praticamente todos os segmentos industriais; (ii) na área de infra-estrutura, apóia prioritariamente os sistemas de transporte, armazenagem, telecomunicação, geração, transmissão e conservação de energia, incluindo-se ainda a infra-estrutura econômica e social dos complexos e grandes projetos industriais; (iii) no âmbito do desenvolvimento agrícola, incentiva a empresa rural e a mecanização agrícola; (iv) construção naval; (v) comércio e serviços; (vi) comercialização de máquinas e equipamentos; (vii) proteção ao meio ambiente; (viii) desenvolvimento tecnológico; e (ix) fortalecimento do mercado de capitais e participação acionária.

A FINAME financia a produção e comercialização interna de máquinas e equipamentos de fabricação nacional, bem como sua exportação (mais a importação de equipamentos estrangeiros). Administra também as operações de processamento automático do BNDES e concede aos fabricantes nacionais de máquinas e equipamento garantia efetiva de comercialização de seus produtos.

Os programas operacionais da FINAME são os seguintes: (i) financiamento em condições preestabelecidas de aquisições isoladas de equipamentos, predominantemente seriados ou de curto ciclo de fabricação; (ii) financiamento de equipamentos fabricados sob encomenda, de largo ciclo de fabricação e alto conteúdo tecnológico, ou ainda projetos integrados de grande porte; (iii) financiamento voltado para o apoio específico à aquisição de máquinas e equipamentos para produção agropecuária ou agroindustrial, com vistas a incrementar a produtividade da agricultura nacional; e (iv) financiamento à exportação de equipamentos nacionais,

com o objetivo básico de reduzir substancialmente seus custos de comercialização externa.

A atual política implementada pelo BNDES coloca a melhoria da competitividade como meta para a indústria brasileira, e utiliza o processo de liberalização comercial como um dos instrumentos motivadores para atingir esse objetivo. A mesma política ressalta a importância do investimento como fórmula capaz de possibilitar a rápida adoção de novas tecnologias, de forma, assim, a modernizar o parque industrial instalado, a melhorar as relações trabalhistas e, em consequência, a aumentar a produtividade.

2.3.2 Financiamento do Sistema BNDES

Do total desembolsado pelo sistema BNDES, no período 1990/1994, em um montante de US\$ 18,2 bilhões, 98% foram destinados a financiar investimentos e o restante a apoiar a atividade produtiva (ver tabela 2H). Vale ressaltar que os desembolsos em 1994 atingiram US\$ 5,5 bilhões, representando um crescimento de aproximadamente 70% em relação ao ano anterior, o que constitui o melhor resultado (em termos reais) dos últimos dez anos.²

Do total direcionado para investimento, 42,0% foram canalizados para Expansão e Modernização da Indústria (US\$ 7,6 bilhões), sendo o restante (58,0%) distribuído para Infra-Estrutura (US\$ 5,0 bilhões), Expansão e Modernização da Agropecuária (US\$ 2,5 bilhões), Expansão e Modernização da Agroindústria (US\$ 1,6 bilhão) e Expansão e Modernização dos Serviços e Comércio (US\$ 484,0 milhões).

TABELA 2H
Desembolso do Sistema BNDES por Setor segundo Empresa/Programa
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%								
F. Financiamento	3 247 989	100,0	3 077 348	100,0	3 178 431	100,0	3 224 012	100,0	5 511 107	100,0	18 238 887	100,0
F.1 Financiamento ao Investimento	3 247 989	100,0	3 044 591	98,9	3 112 282	97,9	3 165 922	98,2	5 253 341	95,3	17 824 125	97,7
F.1.1 Infra-Estrutura	603 188	18,6	687 315	22,3	988 001	31,1	903 748	28,0	1 851 147	33,6	5 033 399	27,6
F.1.2 Turismo	21 239	0,7	13 763	0,4	30 861	1,0	35 660	1,1	78 095	1,4	179 618	1,0
F.1.3 Expansão e Modernização da Indústria	2 160 196	66,5	1 733 851	56,3	1 187 197	37,4	1 137 850	35,3	1 424 701	25,9	7 643 795	41,9
F.1.4 Expansão e Modernização da Agropecuária	116 782	3,6	215 073	7,0	461 886	14,5	578 405	17,9	1 081 161	19,6	2 453 307	13,5
F.1.5 Expansão e Modernização da Agroindústria	220 867	6,8	262 814	8,5	299 636	9,4	291 189	9,0	516 400	9,4	1 590 906	8,7
F.1.6 Expansão e Modernização dos Serviços e Comércio**	71 685	2,2	67 355	2,2	63 472	2,0	88 543	2,7	192 973	3,5	484 028	2,7
F.1.7 Capacitação Tecnológica,												

² Parte desse crescimento é devida à apreciação do real frente ao dólar.

Qualidade e Produtividade	40 143	1,2	26 614	0,9	31 353	1,0	77 657	2,4	54 466	1,0	230 233	1,3
F.1.8 Meio Ambiente	13 889	0,4	37 806	1,2	49 876	1,6	52 870	1,6	54 398	1,0	208 839	1,1
F.2 Financiamento à Atividade Produtiva	-	0,0	32 757	1,1	66 149	2,1	58 090	1,8	257 766	4,7	414 762	2,3
F.2.1 Prog. de Financ. Export. Bens de Capital (FINAMEX)	-	0,0	32 757	1,1	66 149	2,1	58 090	1,8	257 766	4,7	414 762	2,3

Fonte: BNDES.

Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

** Exclui os financiamentos para as atividades de construção, energia elétrica, transporte, comunicação, turismo e armazenagem.

Pela ótica do ramo de atividade, a indústria de transformação recebeu 54% do total desembolsado no período 1990/1994, ou seja, US\$ 9,8 bilhões, inclusive financiamento à comercialização de máquinas, equipamentos e veículos para o setor (ver tabela 2I).

O setor de serviços recebeu 31% dos desembolsos, enquanto a participação da agropecuária foi de 14% e a extração de minerais, pouco expressiva, ficou em 1,3%. Desde 1990, verifica-se uma perda da importância relativa do apoio ao setor manufatureiro, contrapondo-se a esta o crescimento da participação dos setores agropecuário e de serviços. Esse movimento reflete, entre outras coisas, o desempenho da FINAME agrícola, cujos desembolsos totais em 1994 foram da ordem de US\$ 1,1 bilhão.

TABELA 2I
Desembolsos do Sistema BNDES segundo Ramos de Atividades
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Ramos de Atividade	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%								
Extração de minerais	48 474	1,5	27 371	0,9	54 264	1,7	50 816	1,6	50 733	0,9	231 658	1,3
Agropecuária	123 969	3,8	222 289	7,2	462 383	14,5	582 927	18,1	1 083 484	19,7	2 475 052	13,6
Indústria de transformação	2 382 938	73,4	2 037 776	66,2	1 566 795	49,3	1 552 763	48,2	2 246 634	40,8	9 786 906	53,7
Serviços	681 806	21,0	785 389	25,5	1 092 717	34,4	1 037 335	32,2	2 130 290	38,7	5 727 537	31,4
Outros	10 834	0,3	4 551	0,1	2 299	0,1	208	0,0	-	-	17 892	0,1
Total	3 248 021	100,0	3 077 376	100,0	3 178 458	100,0	3 224 049	100,0	5 511 141	100,0	18 239 100,0	045

Fonte: BNDES.

Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Dos desembolsos do sistema BNDES, segundo os gêneros das atividades de serviços em 1994, 18,0% foram direcionados para a melhoria dos serviços de transporte (ônibus, caminhões e navios), 6,7% para os serviços de comunicações e 6,2% para serviços industriais de utilidade pública.

A distribuição regional dos desembolsos revela que 44,1%, em média, foram destinados à região Sudeste, 22,2% ao Sul, 17,1% ao Nordeste, 12,0% ao Centro-Oeste e apenas 4,6% ao Norte. Analisando-se a evolução da participação dessas regiões, nota-se o crescimento acentuado do Centro-Oeste, influenciado principalmente pelo programa agrícola, e a redução do Nordeste, cuja participação nos desembolsos em anos anteriores já foi de cerca de 25%. Essa queda decorreu da conclusão da hidrelétrica do São Francisco, que contou com financiamento expressivo do BNDES (ver tabela 2J).

TABELA 2J
Desembolsos do Sistema BNDES segundo Grandes Regiões
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%								
Norte	269 618	8,3	197 123	6,4	104 137	3,3	121 525	3,8	140 293	2,5	832 696	4,6
Nordeste	742 006	22,8	773 674	25,1	528 247	16,6	408 195	12,7	667 709	12,1	3 119 831	17,1
Sudeste	1 376 027	42,4	1 362 667	44,3	1 410 037	44,4	1 470 544	45,6	2 423 093	44,0	8 042 368	44,1
Sul	714 895	22,0	625 854	20,3	700 730	22,0	685 467	21,3	1 329 319	24,1	4 056 265	22,2
Centro-Oeste	145 475	4,5	118 059	3,8	435 309	13,7	538 317	16,7	950 728	17,3	2 187 888	12,0
Total	3 248 021 100,0		3 077 377 100,0		3 178 460 100,0		3 224 048 100,0		5 511 142 100,0		18 239 048 100,0	

Fonte: BNDES.

Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Em resumo, os resultados apresentados podem ser agrupados em dois conjuntos principais. Em primeiro lugar, ressalta-se a forte recuperação apresentada pelos

desembolsos do BNDES em 1994, quando atingiram o maior volume nos últimos dez anos (US\$ 5,5 bilhões). Em segundo lugar, merecem ser ressaltados os seguintes fatos: (i) recuo de importância dos desembolsos destinados à indústria de transformação, sobretudo a partir da década de 90; como contrapartida, (ii) cresce a importância dos desembolsos para os setores agropecuário e de serviços; (iii) expansão da participação dos desembolsos realizados pela FINAME; e, conseqüentemente, (iv) predomínio das operações indiretas (realizados por agentes financeiros) no total desembolsado pelo banco.

2.3.3 Fontes de Recursos do Sistema

O sistema BNDES recebeu recursos no montante de US\$ 18,2 bilhões, no período 1990/1994, os quais foram aplicados em seus programas de investimento pelo banco ou por suas subsidiárias BNDES Participações (BNDESPAR) e FINAME, ou ainda mediante repasse a bancos de investimentos e de desenvolvimento (conforme tabela 2K).

Desse total, US\$ 16,7 bilhões correspondem ao ingresso de recursos ordinários do sistema, os quais são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT (US\$ 7,5 bilhões), Recursos Próprios (US\$ 7,6 bilhões) e Empréstimos Externos (US\$ 889,6 milhões).

O PIS/PASEP, a maior fonte de recursos durante muitos anos, foi substituído, a partir da Constituição de 1988, pelo FAT, e seus retornos têm sido reaplicados em projetos que se enquadram nas políticas de desenvolvimento do banco.

O FAT, principal fonte de novos ingressos do sistema, foi responsável por 41% dos ingressos no período 1990/1994. Vale salientar que no mínimo 40% da arrecadação do FAT são canalizados para o BNDES.

TABELA 2K
Fontes de Recursos do Sistema BNDES
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%								
Fontes	3 248 020	100,0	3 077 376	100,0	3 178 461	100,0	3 224 050	100,0	5 511 140	100,0	18 239 047	100,0
Recursos Próprios	1 653 567	50,9	891 114	29,0	1 169 040	36,8	867 088	26,9	3 000 652	54,4	7 581 461	41,6
Recursos FAT	1 243 960	38,3	1 796 727	58,4	1 372 651	43,2	1 505 881	46,7	1 598 390	29,0	7 517 609	41,2
Recursos Fundo												
Marinha Marcante	304 917	9,4	359 160	11,7	246 909	7,8	275 401	8,5	272 425	4,9	1 458 812	8,0
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	159 463	5,0	218 875	6,8	413 246	7,5	791 584	4,3
Operações de Crédito Externas	45 576	1,4	30 375	1,0	230 398	7,2	356 805	11,1	226 427	4,1	889 581	4,9

Fonte: BNDES.

Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Ao longo da década de 80, os empréstimos externos foram uma importante fonte de recursos do Sistema, obtidos junto às instituições financeiras privadas ou organismos internacionais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A partir de 1987, no entanto, entraves relacionados à negociação da dívida externa ocasionaram grande redução nos ingressos desses recursos.

O aumento registrado (US\$ 6,0 bilhões) dos recursos próprios do BNDES no período considerado na análise decorreu do bom desempenho econômico-financeiro da instituição. Observa-se que os aportes de capital por parte do governo ocorreram até 1984, e quase sempre com integralização pela cessão de ações de empresas estatais.

2.4 Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

2.4.1 Introdução

Criado em 1952, o BNB contava inicialmente com o Fundo das Secas para financiar os programas e iniciativas voltados para o desenvolvimento regional. Com o advento e fortalecimento do sistema de incentivos fiscais, esse fundo foi extinto. Já no final da década de 60 e início dos anos 70, o sistema de incentivos fiscais seria esvaziado, deixando de constituir exclusividade do Nordeste para abranger também regiões, setores econômicos e programas governamentais.

Com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) de 1988, a instituição inaugurou um novo marco da sua história, com ênfase na modernização e renovação, e na busca de maior eficiência e produtividade. Com essa nova fonte de recursos, foi possível ao banco estabelecer ações específicas para o Semi-Árido nordestino, vasta região onde vivem cerca de quatorze milhões de pessoas.

O BNB tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento sustentável do Nordeste brasileiro, por meio do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da região. Sua contribuição para o desenvolvimento regional dá-se pelo financiamento de projetos de investimentos (de médio e longo prazos), do atendimento às necessidades de capital de giro das empresas ou da realização de operações típicas de instituição financeira múltipla.

Em plano setorial, as diretrizes definidas pelo banco, para a área rural, envolveram diversas ações, entre as quais destacaram-se: estratégia de ampliação da área irrigada, apoio à agroindústria, estímulo ao associativismo, fortalecimento da infra-estrutura de exploração pecuária, incentivo às inovações tecnológicas na região e um modelo diferenciado de assistência técnica.

No setor industrial destacaram-se: a promoção de setores capazes de alavancar o crescimento de centros industriais nordestinos e apoio ao desenvolvimento tecnológico, o financiamento de modernas técnicas de gestão e de organização da produção, e o tratamento diferenciado aos micro e pequenos empresários, haja vista a importância dessa categoria na estrutura produtiva industrial.

2.4.2 Financiamento do BNB

2.4.2.1 Financiamento de Investimento

(ver tabela 2L).

As operações de financiamento de investimento realizadas pelo BNB ao longo do período 1990/1994 atingiram o montante de US\$ 2 977 milhões, com média anual de US\$ 595 milhões

Nos financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste pode-se constatar um direcionamento para os pequenos e miniprodutores, cuja participação elevou-se de 37%, em 1990, para 69% do total desembolsado no último ano do período examinado (ver tabela 2M).

TABELA 2M
Banco do Nordeste do Brasil — FNE
Desembolsos Globais por Porte de Beneficiário
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Porte	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%								
Mini/Pequeno	220 855	37,4	95 721	20,7	105 843	22,9	369 952	55,5	434 661	69,4	1 227 032	43,7
Médio	95 664	16,2	50 866	11,0	58 699	12,7	73 323	11,0	54 489	8,7	333 041	11,9
Grande	274 003	46,4	315 833	68,3	297 654	64,4	223 306	33,5	137 162	21,9	1 247 958	44,4
Total	590 522	100,0	462 420	100,0	462 196	100,0	666 581	100,0	626 312	100,0	2 808 031	100,0

Fonte: BNB — DERIN.

Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Cumprê destacar que, em termos espaciais, do total investido com recursos do FNE (US\$ 2 808 milhões), 51% foram aplicados no Semi-Árido nordestino e o restante, em atividades fora dessa área (ver tabela 2N).

TABELA 2N
Banco do Nordeste do Brasil — FNE
Desembolsos Globais por Região
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Região	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%								
Semi-Árido	220 855	37,4	194 679	42,1	261 603	56,6	381 284	57,2	374 535	59,8	1 432 956	51,0
Fora do Semi-Árido	369 667	62,6	267 741	57,9	200 593	43,4	285 297	42,8	251 777	40,2	1 375 075	49,0
Total	590 522	100,0	462 420	100,0	462 196	100,0	666 581	100,0	626 312	100,0	2 808 031	100,0

Fonte: BNB — DERIN.

Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Os investimentos financiados pelo FNE, no período de 1990 a 1994, deverão adicionar, ao fim do ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva, US\$ 430 milhões à massa de salários, bem como contribuir com a criação de aproximadamente 680 mil novos em-

pregos diretos e indiretos na região. O impacto sobre o valor bruto da produção deverá atingir o montante de US\$ 4,2 bilhões, conforme estimativa do BNB.

Outro importante resultado decorrente da ação financiadora do banco como gestor do FNE refere-se a uma elevação da área irrigada do Nordeste, superior a 50 mil hectares, o que equivale a mais de 10% da superfície total irrigada da região (1990 — 1994).

Como se pode depreender dos números apresentados, as ações desenvolvidas caracterizaram-se por serem permanentes e de longo prazo, com vistas a garantir sustentabilidade às atividades agropecuárias e agroindustriais da região, principalmente na zona semi-árida, com mudanças em seu perfil de produção.

A estratégia para a viabilização econômica do Nordeste, sobretudo na área do Semi-Árido, está centrada no trinômio irrigação, agroindústria e pecuária. Com base na concentração de área irrigada e na existência de infra-estrutura sócio-econômica, o BNB identificou quatorze pólos agroindustriais no Nordeste, cobrindo 124 municípios (68 localizados no Semi-Árido), para os quais foram direcionados os recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste e o Programa de Apoio à Agricultura Irrigada.

Com base no Programa de Recuperação da Cultura Algodoeira do Nordeste, o BNB financiou a produção e comercialização do algodão, tanto sob a forma de custeio como de investimento, utilizando recursos do FNE. Dos diversos programas voltados para a área industrial, amparados pelo FNE, merecem destaque o Programa de Apoio às Indústrias Tradicionais Seleccionadas (Têxtil e de Confecções), o Programa de Apoio às Indústrias de Bens Intermediários e de Capital, o Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda e o Programa de Apoio Gerencial e Financeiro ao Trabalhador Autônomo e de Baixa Renda.

Lançado no primeiro semestre de 1994, o Programa de Apoio ao Turismo busca, em parceria com a EMBRATUR, apoiar micro e pequenos empreendimentos que visem utilizar o potencial turístico e ecológico da região como fator racional de desenvolvimento econômico.

2.4.2.2 Financiamento de Investimentos com Recursos Próprios

Os investimentos na área industrial realizados com recursos próprios, da ordem de US\$ 122 milhões, foram direcionados ao financiamento de bebidas, alimentos, papel e celulose, e proporcionaram suporte creditício aos setores químico-farmacêutico, metal-mecânico, de informática e eletro-eletrônica.

2.4.2.3 Financiamento de Investimentos com Recursos do BID

Os investimentos realizados com recursos do BID, restritos aos anos de 1990 e 1991, atingiram o montante de aproximadamente US\$ 47 milhões, e foram destinados à importação de

máquinas e equipamentos a serem utilizados basicamente nos segmentos industriais têxtil e metalúrgico, em função do interesse dos empresários e do BNB de tornar as empresas da região competitivas no país e no exterior.

2.4.2.4 Financiamento de Apoio à Atividade Industrial — Capital de Giro/Exportação/Importação

As operações de financiamento de capital de giro de empresas e câmbio realizadas pelo BNB têm o propósito fundamental de funcionar

como apoio aos investimentos realizados, sendo integralmente direcionados ao setor industrial. Essas operações são financiadas com recursos próprios do banco e foram responsáveis, no período considerado, pela injeção de recursos da ordem de US\$ 4 bilhões na economia regional, aí computado naturalmente o giro característico dessas modalidades operacionais.

As principais operações utilizadas pelo BNB para fornecer esse suporte financeiro foram descontos de títulos e abertura de crédito no caso de crédito *comercial*, e adiantamentos sobre contratos de câmbio, os quais se destinaram basicamente a financiar importações e exportações de empresas industriais.

No período considerado, os créditos concedidos à infra-estrutura com recursos próprios foram bastante prejudicados, tendo em vista as restrições, determinadas pela Resolução do Banco Central nº 1 718 (29.5.90), à tomada de empréstimos pelo setor público. Nesse período, o saldo médio anual dessas operações ficou em torno de US\$ 262 milhões, e apresentou alguma oscilação ao longo do período, devido principalmente à recuperação de créditos e renegociação de dívidas.

As operações de crédito rural realizadas pelo BNB com recursos próprios, provenientes dos saldos de depósitos à vista e poupança, destinaram-se a custeio e comercialização agrícola, que, em média, registrou um saldo de aplicações de US\$ 40 milhões no período analisado.

2.5 Banco da Amazônia (BASA)

A evolução histórica do Banco da Amazônia pode ser dividida em três fases distintas:

2.5.1 Introdução

a) A primeira diz respeito ao Banco de Crédito da Borracha (BCB), instituído em 1942 com os objetivos de prestar assistência financeira direta à produção de borracha e, indiretamente, dar suporte à infra-estrutura econômica e social.

b) A segunda fase é do Banco de Crédito da Amazônia (BCA). Em 1950, o BCB foi transformado no BCA, tendo liberdade para realizar todas as operações bancárias relacionadas, na região, com as atividades econômicas em geral.

c) A terceira fase é do Banco da Amazônia (BASA). Em 1966, o BCA foi transformado no BASA, ao qual compete, além da ação comercial do BCA, a função es-

pecial de agente financeiro da política do governo federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, região geoeconômica formada pelas unidades federativas da Amazônia clássica (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) e frações dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás (parte que constitui o estado de Tocantins).

Um importante *funding* do BASA é o Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO), criado no contexto da Constituição federal de 1988. O FNO tem viabilizado um substancial fluxo de recursos para o fomento às atividades produtivas dos setores rural e industrial.

Convém ressaltar que o FNO constitui um instrumento de política econômica alternativo para os pequenos e miniprodutores rurais, bem como para as pequenas e microempresas industriais, em face do difícil acesso ao sistema de crédito convencional e aos recursos dos incentivos fiscais por esses importantes segmentos produtivos da economia regional. A lei do fundo confere-lhes tratamento preferencial, assegurando-lhes recursos de médio e longo prazos.

Para efeito de operacionalização do FNO foram relacionadas áreas prioritárias que abrangeram as sete unidades federativas da região Norte.

Os recursos do FNO fluíram predominantemente para as atividades do setor primário da economia regional, em virtude do tratamento preferencial aos segmentos produtivos que usam inteiramente recursos e mão-de-obra locais e produzem alimentos para as populações da Amazônia.

Os empreendimentos financiados pelo BASA em cinco anos de gestão do FNO (1990 a 1994) projetam a criação de 58 914 novos empregos diretos na região, proporcionando um reforço de US\$ 709 milhões no valor bruto da produção, segundo estimativas realizadas pelo próprio banco.

2.5.2 Financiamento do BASA

2.5.2.1 Financiamento para Investimento

O total desembolsado pelo BASA, no período 1990/1994, atingiu o montante de US\$ 3,1 bilhões, sendo 22,6% destinados ao financiamento de investimentos e o restante ao

apoio à atividade produtiva (ver tabela 20).

Do total direcionado para investimento, a parcela de 56% foi canalizada para Expansão e Modernização da Pecuária (US\$ 398,4 milhões), distribuindo-se os recursos restantes (44,0%) por Agricultura (US\$ 138,5 milhões) e Expansão e Modernização Industrial (US\$ 162,5 milhões).

Nos financiamentos com recursos do FNO pode-se constatar um direcionamento para os mini e microprodutores, cuja participação passou de 20,4% para 47,9% do total desembolsado no último ano do período examinado (ver tabela 2P).

TABELA 2P
Banco da Amazônia — BASA
Participação Percentual por Porte no Financiamento de Investimento
1990 — 1994

Porte	1990	1991	1992	1993	1994
Mini/micro	20,4	22,2	24,5	46,05	47,9
Pequeno	51	58	44,4	27,05	24,72
Médio	17,5	11,8	13,7	11,15	17,9
Grande	11,1	8	17,4	15,75	9,48

Fonte: BASA.

O critério alocativo dos recursos do FNO tem como objetivo fixar o homem no campo, incrementar a produtividade dos diversos segmentos da economia regional, ampliar a capacidade de produção, gerar renda e emprego, e melhorar as condições de vida da população.

Dos programas do setor rural que demandaram recursos, no período em foco, destacam-se os subprogramas de pecuária de corte e leite, que obtiveram, em conjunto, 43,3% (em média) dos recursos alocados no setor rural (conforme revela a tabela 2Q).

Os subprogramas relacionados à atividade agrícola, como culturas comerciais e fruticultura, absorveram no período cerca de 7,8% (em média) do total desembolsado pelo fundo.

O FNO — Especial, destinado aos miniprodutores, oferece financiamento simplificado, mas exige uma organização em associação de produtores em cooperativas, de forma a intensificar o espírito associativo e promover a integração do processo produtivo de seus participantes. Esse programa recebeu, em média, 22,9% do total desembolsado pelo FNO no período 1992/1994, para o setor agrícola.

Nos programas de apoio ao desenvolvimento industrial destacam-se os recursos alocados nas atividades de artefatos de madeira, material não-metálico, alimentos, bebidas e insumos, frigorização e indústria química.

TABELA 2Q
Banco da Amazônia — BASA — Participação Percentual dos Principais
Programas de Crédito na Aplicação de Recursos do FNO
1990 — 1994

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994
<i>Rural</i>					
Pecuária de corte	16,16	10,16	37,89	43,78	45,77
FNO — Especial	-	-	11,73	18,14	39,06
Programa da terra	-	-	11,58	21,32	6,08
Pecuária de leite	26,69	17,88	13,13	-	5,05
Fruticultura	3,77	12,36	4,2	2,72	1,08
Culturas comerciais	-	7	4,5	3,13	0,04
<i>Industrial</i>					
Artefatos de madeira	-	0,16	5,35	31,86	36,84
Material não-metálico	-	17,92	2,77	6,48	17,21
Alimentos, bebidas e insumos	0,61	41,29	15,23	20,32	10,56
Frigorização	3,61	1,25	15,31	3,54	9,17
Indústria química	-	3,55	1,68	4,93	7,38

Fonte: BASA.

Ao volume de crédito concedido pelo FNO, houve uma contrapartida média de 35% de recursos próprios, o que atesta a importante contribuição e o efeito multiplicador do FNO para a ampliação dos investimentos produtivos da região, particularmente quanto aos mini-produtores rurais e microempresários, cujo comprometimento dos recursos próprios e a atuação em parceria em cooperativas e associações de produtores conferem risco mínimo a essas operações.

2.5.2.2 Financiamento à Atividade Produtiva As operações de financiamento de capital de giro, realizadas pelo BASA com recursos captados pelo próprio banco, foram responsáveis, no período considerado, pela injeção de recursos da ordem de US\$ 2 423 milhões na economia regional, aí computado o giro característico dessas modalidades operacionais.

As principais operações realizadas pelo BASA foram desconto de títulos e abertura de crédito, no caso de crédito comercial e adiantamento sobre contratos de câmbio.

Para o financiamento das exportações foi utilizada a linha de crédito *pré-export*, cujas operações atingiram o montante de US\$ 580 milhões no período analisado.

2.6 Banco Meridional do Brasil

O Meridional é sucessor de uma instituição privada, o Banco Sul-Brasileiro, que sofreu processo de intervenção do Banco

2.6.1 Introdução

Central em fevereiro de 1985.

O banco assumiu, desde o seu início em doze de agosto do mesmo ano, um novo modelo de assumiu. Centralizou, no banco comercial, todos os controles e serviços comuns existentes nas demais empresas do grupo, promoveu a integração de vários serviços e simplificou a tramitação burocrática, com real economia de tempo e custo.

O Meridional, atuando sob a forma de banco múltiplo, desde abril de 1989 realiza suas operações de crédito pelas carteiras: Comercial, Crédito ao Consumidor, Crédito Imobiliário e Investimento e Câmbio.

Cabe salientar, ainda, que todas as aplicações do banco, inclusive investimentos, tiveram, no período em análise, origem nos recursos gerados pela própria instituição e repasses da FINAME. Portanto, o Meridional não se utilizou de fontes originárias do Tesouro Nacional.

Assim sendo, o Banco Meridional tem como objetivo, no que se refere ao direcionamento dos seus recursos, prestar apoio creditício, principalmente aos setores produtivos da economia, em todas as regiões em que atua, com ênfase na região Sul.

O patrimônio líquido do Meridional atingiu, ao final do ano de 1994, a cifra de R\$ 354,9 milhões, correspondendo a R\$ 0,12 por ação. Em 1994, o banco contava com 256 agências, 141 postos de atendimento bancário e 571 pontos do Banco 24 horas.

Em 31.12.94, os ativos totais do banco atingiram R\$ 1 822,3 milhões; 51,37% desse total eram representados pelo volume das operações de crédito (R\$ 836,4 milhões). O sistema Meridional, ao término de 1994, apresentava um quadro de 11 053 funcionários (10 647 no banco e 856 nas empresas contratadas).

2.6.2 Financiamento do Meridional

O Meridional concedeu um total de financiamentos de US\$ 3 264 milhões no período 1990/1994: US\$ 1 049 milhões destinados a investimentos e US\$ 2 285 milhões às atividades produtivas. O financiamento ao investimento destinou-se integralmente ao setor habitacional (ver tabela 2R).

Do total de financiamento da atividade produtiva, 87,2% foram destinados ao crédito para capital de giro, dos quais US\$ 855 milhões para os setores industriais e US\$ 512 milhões para atividades comerciais. As operações de crédito para as atividades voltadas ao setor exportador atingiram a cifra de US\$ 183 milhões no período.

TABELA 2S
FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos
Financiamento — Desembolsos Operacionais por Áreas e Setores
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Áreas/Setores	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
F.1 Financiam. de Investimento	49 600	100,0	32 700	100,0	94 300	100,0	162 600	100,0	198 100	100,0	537 300	100,0
F.1.1 Infra-Estrutura	46 000	92,7	24 000	73,4	31 100	33,0	48 600	29,9	58 700	29,6	208 400	38,8
F.1.1.1 Econômica (Energia, Transporte e Comunicações)	500	1,0	900	2,8	7 800	8,3	8 300	5,1	10 600	5,4	28 100	5,2
F.1.1.2 Científica e Tecnológica**	45 500	91,7	23 100	70,6	23 300	24,7	40 300	24,8	48 100	24,3	180 300	33,6
F.1.2 Saneamento	-	-	-	-	100	0,1	200	0,1	-	-	300	0,1
F.1.3 Exp. e Modern. Agropecuária	100	0,2	100	0,3	700	0,7	14 800	9,1	9 300	4,7	25 000	4,7
F.1.4 Capacit. Tecnol. e Qualidade	3 500	7,1	8 600	26,3	62 400	66,2	99 000	60,9	130 100	65,7	303 600	56,5

Fonte: FINEP.

Notas: * Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

** Financiamentos concedidos pelo FNDCT, sem retorno.

2.7 Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

2.7.1 Introdução

A Financiadora de Estudos e Projetos é a principal agência de fomento tecnológico do país. Organizada na forma de empresa pública, visa financiar a elaboração de estudos, projetos e programas de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico de instituições públicas e privadas.

Criada há 27 anos, a FINEP constitui um dos instrumentos básicos da política governamental para fomentar o investimento e induzir a mobilização de recursos na área de ciência e tecnologia, no seu sentido mais amplo.

Esta instituição tem-se renovado para fazer frente às demandas decorrentes dos novos processos de desenvolvimento e difusão do conhecimento, nos moldes de uma instituição financeira de desenvolvimento, com foco no longo prazo, sempre em consonância com o seu papel de estimuladora do fomento científico e tecnológico.

As linhas de financiamento da FINEP são as seguintes:

- Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional (ADTEN);
- Apoio a Usuários de Serviços e Consultoria (AUSC);
- Apoio à Consultoria Nacional (ACN);
- Apoio à Gestão da Qualidade (AGQ);
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e
- Programa de Apoio do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT).

O ADTEN representa um dos principais instrumentos pelo qual a FINEP financia ou investe em projetos relativos ao desenvolvimento ou no aperfeiçoamento de tecnologia de produtos e processos, prioritariamente de empresas com controle decisório nacional.

O AUSC assegura às entidades de natureza pública ou privada os recursos financeiros necessários para que possam contratar empresas nacionais de consultoria, para o desenvolvimento de estudos e projetos de interesse econômico e social.

O ACN tem como objetivo capacitar e fortalecer a competitividade tecnológica das empresas de consultoria e engenharia, por meio de recursos humanos e financeiros.

O AGQ visa ao financiamento de gastos com a implantação de sistemas de qualidade total, envolvendo a contratação de serviços de consultoria para treinamento de pessoal, aquisição de *software* e desenvolvimento de bancos de dados necessários ao controle de processos de trabalho. O objetivo desse instrumento operacional é dotar as empresas nacionais de novas técnicas e métodos de gestão capazes de elevar a qualidade e a produtividade da produção de bens e serviços aos níveis praticados no mercado internacional.

O FNDCT destina-se a fomentar programas de pesquisas e projetos relacionados com a formação de recursos humanos, mais a informação e transferência de tecnologia, oriunda dos centros de pesquisa e pós-graduação universitária e de institutos de pesquisas não-universitários. Incluem-se, no caso, projetos especiais visando à integração empresa — universidade.

O PADCT foi criado para reforçar ações e ampliar oportunidades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, contando com recursos do Banco Mundial e os de contrapartida nacional determinados no Orçamento da União.

Os principais projetos apoiados pela FINEP são vinculados às áreas de transportes, energia, metal-mecânica, mineração e siderurgia, informática, química, petroquímica, papel e celulose, agropecuária, biotecnologia, produção animal, engenharia agrícola, ciências biológicas e da saúde, saneamento e meio ambiente, matemática, física, geociências, ciências políticas e sociais.

2.7.2 Financiamento da FINEP No período 1990/1994, a FINEP desembolsou US\$ 537,3 milhões por conta de financiamentos de programas e projetos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico do país (tabela 2S).

Embora a FINEP tenha diversificado suas fontes de recursos, não foi possível atender plenamente à demanda por financiamentos, sobretudo em decorrência das restrições orçamentárias impostas pelo Tesouro Nacional.

Não obstante as limitações orçamentárias, a empresa melhorou significativamente o atendimento aos clientes. Neste período foram implantados os programas

de Qualidade Total, Planejamento Estratégico e de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

2.7.2.1 Financiamento de Investimentos Os desembolsos efetuados no período 1990/1994, destinados ao investimento do setor privado, alcançaram US\$ 357,0 milhões, e foram alocados predominantemente em programas e projetos voltados para capacitação tecnológica e qualidade no setor industrial (66,4%).

A infra-estrutura econômica foi contemplada com 58,4% e a expansão e modernização agropecuária, com 7,0%. Essa alta concentração de desembolsos no setor industrial é uma consequência natural do forte inter-relacionamento da política industrial com a política tecnológica.

No tocante à infra-estrutura econômica, as aplicações da FINEP, no período 1990/1994, destinaram-se ao desenvolvimento de novas tecnologias de transporte urbano, estudos e projetos de modernização e otimização da oferta de transporte, planos diretores, estudos de viabilidade e projetos básicos para implantação de sistemas de transporte de massa e cargas; na área de energia foram contempladas pesquisas voltadas para conservação e aprimoramento de equipamentos e processos. Na área de telecomunicações predominaram ações voltadas para centrais de comutação do Trópico, programas de satélite brasileiro e sino-brasileiro, etc.

No período 1990/1994, o apoio ao programa de saneamento, com consultoria nacional, contemplou estudos e pré-investimentos para implantação de infra-estrutura de saneamento básico para municípios.

Os financiamentos para expansão e modernização da agropecuária, entre 1990 e 1994, compreenderam ações voltadas para aperfeiçoamento e modernização dos processos tecnológicos agropecuários, redução de perdas na produção e armazenamento, engenharia agrícola, biotecnologia em agropecuária e recursos pesqueiros.

Com respeito às aplicações em capacitação tecnológica e qualidade, cabe registrar que cerca de 93% dos recursos (US\$ 303 milhões) foram aplicados em capacitação tecnológica e aproximadamente 7%, no Programa de Gestão da Qualidade.

As principais áreas beneficiadas com os financiamentos para capacitação tecnológica foram: química fina, petroquímica, celulose e papel, mecânica de precisão, novos materiais, química de base, mineração, informática, automação industrial, microeletrônica, instrumentação e siderurgia.

O Programa de Qualidade atingiu um grande número de empresas num espectro bastante amplo, e envolveu quase todos os setores da economia.

2.7.2.2 Financiamento da Atividade Produtiva Com o objetivo de propiciar regularização de fluxos financeiros, a FINEP criou e operou, a partir de 1994, um produto exclusivo

(ENGETEC), para apoiar empresas de consultoria e engenharia, bem como empresas de base tecnológica. Em 1994, foram desembolsados US\$ 13,7 milhões.

2.7.2.3 Desembolsos para o Setor Público Os financiamentos concedidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sem retorno, destinaram-se, quase que totalmente, ao setor público. No período 1990/1994, os desembolsos do fundo alcançaram US\$ 180,3 milhões, dos quais US\$ 162,3 milhões (90%) destinaram-se a universidades e outros órgãos públicos e US\$ 18,0 milhões, para instituições privadas. A distribuição das aplicações no período tiveram a seguinte evolução: US\$ 45,5 milhões em 1990, US\$ 23,1 milhões em 1991, US\$ 23,3 milhões em 1992, US\$ 40,3 milhões em 1993 e US\$ 48,1 milhões em 1994.

Com relação aos segmentos contemplados no período, destacam-se: ciências da engenharia, ciências biológicas e da saúde, ciências agrárias, ciências exatas e da terra, ciências sociais e informações em ciência e tecnologia.

2.7.2.4 Recursos da FINEP No período 1990/1994, os recursos da FINEP alcançaram US\$ 712,8 milhões. Desse total, o Tesouro Nacional contribuiu com 30,9%, o retorno de financiamentos com 26,0%, as aplicações financeiras com 13,6%, os empréstimos internos com 21,9% e outras fontes com 7,6% (tabela 2T). Vale salientar que os recursos da FINEP financiam despesas administrativas, além de pagamentos de empréstimos e investimentos.

TABELA 2T
FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos
Fontes de Financiamentos
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Fontes	1990	1991	1992	1993	1994*	Total	
						Valor	%
1 Tesouro	9 400	18 600	33 800	86 700	71 800	220 300	30,9
1.1 Dotações Diferidas	-	-	-	2 300	1 300	3 600	-
1.2 Participação da União no Capital	9 400	18 600	2 400	6 800	11 800	49 000	-
1.3 Recursos para Pagamento Empréstimo Externos	-	-	2 900	20 100	8 600	31 600	-
1.4 Contrapartida Nacional Empréstimo BID	-	-	16 200	14 600	28 700	59 500	-
1.5 Recursos Externos BID	-	-	12 300	34 600	21 400	68 300	-
1.6 Ressarcimento Pagamento Empréstimos Externos	-	-	-	8 300	-	8 300	-
2 Recebimento de Empréstimos Internos	-	20 600	31 900	31 600	71 800	155 900	21,9
2.1 FND	-	20 600	16 300	31 600	41 800	110 300	-
2.2 BB/INPE	-	-	15 600	-	25 100	40 700	-
2.3 FAT	-	-	-	-	4 900	4 900	-
3 Retorno de Financiamentos	35 300	21 600	27 300	38 100	63 200	185 500	26,0
3.1 Amortizações	25 400	16 500	21 300	25 900	36 200	125 300	-
3.2 Encargos	9 900	5 100	6 000	12 200	27 000	60 200	-
4 Recolhimento do Empréstimo Francês	15 900	8 600	6 100	10 400	4 500	45 500	6,4
5 Taxa de Administração	1 700	900	500	1 700	2 100	6 900	1,0
6 Transferência de Recursos do FNDCT	-	200	300	-	-	500	0,1
7 Receitas de Aplicações Financeiras	21 000	18 700	28 600	25 100	3 200	96 600	13,6
8 Outras Receitas	900	500	200	-	-	1 600	0,2

Total	84 200	89 700	128 700	193 600	216 600	712 800	100,0
--------------	---------------	---------------	----------------	----------------	----------------	----------------	--------------

Fonte: FINEP.

Nota: * Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Os recursos de FNDCT alcançaram US\$ 262,3 milhões no período 1990/1994, oriundos quase que totalmente de Tesouro (89,6%). As receitas decorrentes de retorno de financiamento contribuíram com 4,1% e outras fontes, com 6,3% (ver tabela 2U).

TABELA 2U
FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos
Fontes de Financiamentos FNDCT
1990 — 1994

Fontes						(Em US\$ mil correntes)	
	1990	1991	1992	1993	1994(1)	Total	%
1 Tesouro	53 000	28 500	33 900	64 400	55 200	235 000	89,6
1.1 Dotações Diferidas	-	-	7 000	2 100	2 700	11 800	-
1.2 Dotação Orçamentária do Exercício	44 800	21 100	13 400	15 300	25 000	119 600	-
1.3 Recursos para Pagamento Empréstimo Externos	8 200	7 400	7 400	9 600	12 600	45 200	-
1.4 Contrapartida Nacional Empréstimo BID	-	-	2 300	11 300	8 700	22 300	-
1.5 Privatização	-	-	-	12 700		12 700	-
1.6 Recursos do BID	-	-	3 800	13 400	6 200	23 400	-
2 Retorno de Financiamentos	2 600	2 600	2 300	2 100	1 200	10 800	4,1
2.1 Amortizações	1 900	2 000	1 900	1 800	1 000	8 600	-
2.2 Encargos	700	600	400	300	200	2 200	-
3 Doações da FINEP	-	-	-	200	3 100	3 300	1,3
4 Receitas de Aplicações Financeiras	-	-	-	7 700	2 100	9 800	3,7
5 Outras Receitas	1 800	400	1 200	-	-	3 400	1,3
Total	57 400	31 500	37 400	74 400	61 600	262 300	100,0

Dada a natureza dos investimentos em pesquisa científica, a União deverá continuar a ser a grande fonte de recursos do fundo. O fato de a tecnologia depender cada vez mais da base científica indica, ainda, que haverá necessidade de se ampliar o volume de recursos destinados à pesquisa científica, a fim de que esta não venha a se constituir em ponto de estrangulamento do grande salto tecnológico que o país precisa realizar nos próximos anos.

3 AS PRIORIDADES DOS GOVERNOS COLLOR E ITAMAR FRANCO — 1990/1994

3.1 Introdução

As linhas de ação de um governo são definidas a partir do estabelecimento das suas prioridades. O princípio é tentar

concentrar recursos e esforços para áreas que configurem uma estratégia de desenvolvimento que atenda eficientemente o crescimento econômico, com um mínimo possível de distorções nos indicadores sociais e na estabilidade econômica.

A identificação das prioridades de um governo podem ser conseguidas a partir do exame de alguns documentos básicos que contêm suas diretrizes, metas e realizações. Tais documentos, no caso do Brasil, são: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as mensagens anuais do presidente para o Congresso Nacional.

Por outro lado, o governo federal dispõe de alguns instrumentos para viabilizar suas prioridades. A concessão de empréstimos e financiamentos pelas AFC (BNDES, CEF, BB, BNB, BASA, FINEP e Banco Meridional) é um desses instrumentos. É óbvio que cada agência possui concentração numa área de atuação específica,³ porém existe uma restrição importante — todas essas agências devem preservar o equilíbrio financeiro, como previsto na LDO.⁴

Os recursos dessas agências podem ser divididos em próprios e orçamentários. Os recursos orçamentários já possuem uma destinação específica; porém, o grau de especificidade não é bastante detalhado, o que possibilita determinada margem de manobra em sua aplicação. Os recursos próprios são dotados de um grau de flexibilidade maior na sua aplicação. Nesse caso, a avaliação do retorno dos projetos e a sua maximização na atividade de intermediação financeira devem obedecer aos princípios de mercado. O ideal seria conciliar a intenção prioritária do governo com a maximização do lucro das agências. Porém, normalmente tal casamento não é possível, mesmo porque a função *objetivo* dessas agências incorpora o atendimento das prioridades do governo, diferentemente dos agentes privados, para os quais o princípio básico é a maximização dos lucros. Um caminho possível seria tentar aplicar os recursos orçamentários em áreas eminentemente prioritárias na estratégia de desenvolvimento do governo. No caso dos recursos próprios, estes deveriam ser eficientemente alocados na maximização do retorno das agências, implicando acúmulo de recursos que se destinariam a melhorar o atendimento às prioridades previstas.

³ De um modo geral, pode-se associar as seguintes especialidades: o BNDES é especializado em empréstimos de longo prazo para indústria e agricultura; a CEF, na atuação na área de habitação; o BB, em financiamento e empréstimos para a atividade rural e industrial; o BNB e o BASA atuam como os bancos de desenvolvimento regional do Nordeste e do Norte, respectivamente; e a FINEP no apoio à atividade científica e tecnológica.

⁴ A LDO prevê que os retornos dos empréstimos e dos financiamentos não podem ser menores que o custo de captação dos recursos, a não ser em casos previstos em lei.

Na próxima subseção, serão identificadas as prioridades do governo Collor, inicialmente de um modo mais genérico e, posteriormente, em um grau de desagregação maior. O mesmo será feito para o governo Itamar Franco nas subseções seguintes.

3.2 Prioridades do Governo Collor

Segundo o PPA para o período de 1993 — 1995 e as mensagens ao Congresso Nacional dos anos 1991 e 1992, as prioridades do governo Collor foram divididas em duas frentes: estabilização da economia e ações de caráter estrutural. A estabilização da economia requeria uma redução da inflação, que esteve fundamentalmente ligada ao saneamento das contas públicas e à recuperação da capacidade de investimento do Estado brasileiro. Logo, com o aumento do investimento do governo, a probabilidade de resolução dos problemas estruturais aumentaria significativamente. No entanto, a aplicação dos recursos existentes já deveria ser direcionada para cinco grandes áreas prioritárias, conforme o modelo de desenvolvimento:

- 1) Educação, Ciência e Tecnologia;
- 2) Reforma Agrária e Incentivo à Produtividade Agrícola;
- 3) Conservação do Meio Ambiente Rural e Urbano;
- 4) Infra-Estrutura; e
- 5) Abertura e Modernização da Economia.

No âmbito da educação, os recursos deveriam privilegiar a educação básica e o ensino técnico. Em ciência e tecnologia, o financiamento das pesquisas deveria ser direcionado prioritariamente para a descoberta de novos processos que forneçam capacitação tecnológica para a produção de bens e serviços. Os setores com potencial de exportação, com maior efeito multiplicador sobre o emprego e a renda e maiores vantagens comparativas, além dos setores voltados para produção de alimentos, seriam os contemplados para o desenvolvimento das pesquisas. As pesquisas que apontassem para a dinamização de tais setores, com a vantagem de obedecer às peculiaridades e potencialidades regionais, seriam extremamente prioritárias. A valorização dos recursos humanos nessa área receberia atenção especial. Logo, a elevação dos recursos em P&D em setores selecionados foi considerada prioritária no governo Collor.

Na área da reforma agrária, seria contemplada a desapropriação de terras improdutivas e o assentamento de pequenos produtores, com apoio tecnológico e fornecimento de crédito agrícola. O objetivo era o aumento da oferta de alimentos e a redução do êxodo rural. A infra-estrutura na produção e comercialização nas áreas de assentamento também estava prevista no PPA.

O incremento da produtividade agrícola estava balizado no estímulo à agroindústria para o aumento da geração de excedentes derivados da exportação de alimentos e matérias-primas.

A ordenação do território nacional foi um objetivo prioritário do governo Collor. A política de créditos, subsídios e incentivos deveria ser pautada pela desconcentração urbana e industrial e pela interiorização do desenvolvimento. No meio rural, era prevista a recuperação (a médio e a longo prazo) dos ecossistemas naturais, o incentivo à pesquisa na área de conservação e a redução dos desperdícios dos recursos naturais. Na área urbana, o reconhecimento da contaminação da água, do solo e do ar pelos resíduos da atividade econômica tornava prioritária a aplicação de recursos em saneamento básico.

O reconhecimento de que o aumento do investimento privado, bem como a expansão da oferta agregada da economia, estavam condicionados à existência de uma infra-estrutura básica na área de transportes, energia e telecomunicações, apontou para metas prioritárias definidas no PPA.

A prioridade em relação à abertura e modernização da economia referia-se basicamente à desregulamentação, à redução do protecionismo e à modernização da produção. O PPA novamente referia-se a uma orientação seletiva dos créditos para os setores com maior potencial tecnológico e elevado efeito multiplicador sobre a renda e o emprego, além dos setores com potencial exportador, para elevar a competitividade externa.

3.2.1 Prioridades e Ações Setoriais

Esta subseção trata de ações e prioridades do governo Collor que buscaram uma análise mais desagregada em relação às anteriores e que puderam servir de orientação para a liberação de financiamentos, empréstimos e créditos.

Prioridade 1: Educação, Ciência e Tecnologia

— Capacitação tecnológica/qualidade e produtividade:

- Apoio aos principais centros de pós-graduação, institutos de pesquisa e pesquisadores, prioritariamente nas áreas de química, engenharia química, metalurgia e mecânica, novos materiais, agropecuária, transporte, energia, eletroeletrônica, informática, ciências biológicas (incluindo biotecnologia), saúde, geociências e tecnologia mineral, ciências ambientais, ciências exatas e da natureza.
 - Financiamento de empresas nacionais que realizassem P&D, especialmente nos setores químico, metal-mecânico, eletroeletrônico, de novos materiais, de engenharia consultiva e de informática.
 - Desenvolvimento de pesquisas para identificar o dinamismo do desmatamento e da ocupação da floresta amazônica.
-

-
- Implantação do programa de desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste nas áreas de meteorologia, gerenciamento de recursos hídricos e desenvolvimento industrial.

— Educação:

- Assistência financeira para ampliação e reforma de escolas e creches, aquisição de materiais didáticos, equipamentos escolares e treinamento de recursos humanos.
- Apoio ao desenvolvimento da educação especial: núcleos profissionalizantes e oficinas pedagógicas.
- Apoio ao ensino técnico em manutenção, equipamentos e ampliação da rede de escolas técnicas federais, mais o aprimoramento dos cursos de formação de professores para o ensino fundamental e infantil (escola normal).

Prioridade 2: Reforma Agrária e Incentivo à Produção Agrícola

— Reforma agrária e colonização:

- Assentamento de famílias;
- Assistência técnica e creditícia aos novos colonos.

— Apoio aos projetos de assistência técnica nas cooperativas, bem como criação e expansão do sistema de cooperativismo.

— Infra-estrutura de uso coletivo: eletrificação rural, perfuração de poços e apoio a projetos de irrigação.

— Fiscalização e vigilância sanitária de espécies animais e vegetais, o que facilitaria o acesso ao mercado internacional e a defesa ao consumidor.

— Fomento às pesquisas nas áreas da tecnologia da produção de alimentos básicos e matérias-primas, produção agropecuária, conservação do meio ambiente, redução do consumo de energia e diminuição da perda de colheitas. Em especial, houve a preocupação com a recuperação da produtividade da lavoura cacaueteira.

— Crédito agrícola de custeio para produção e comercialização de pequenos produtores rurais.

Prioridade 3: Recuperação e Conservação do Meio Rural e Urbano

— Pesquisas na tecnologia de manejo e conservação dos recursos naturais renováveis, de técnicas extrativistas de exploração da madeira e da pesca, na preservação dos garimpos e na avaliação ambiental das ações do governo em infraestrutura e desenvolvimento regional.

— Recuperação e conservação dos ecossistemas naturais.

— Obras de controle da poluição.

— Recuperação de áreas críticas de degradação ambiental (bacias hidrográficas e áreas de exploração mineral).

— Saneamento:

a) Saneamento urbano:

- Abastecimento de água;
- Esgotamento sanitário e limpeza urbana;
- Drenagem.

b) Saneamento rural:

- Água e esgotos;
- Construção de adutoras, cisternas e açudes na região Nordeste.

— Infra-estrutura urbana:

- Macrodrenagem;
- Pavimentação, guias e sarjetas em áreas urbanas pobres.

— Financiamento externo para recuperação das companhias estaduais de saneamento.

— Habitação:

a) Apoio à habitação popular:

- Construção e recuperação de moradias populares;
- Financiamento de lotes e serviços de infra-estrutura.

b) Plano de Ação Imediata para Habitação:

- Construção de moradias para famílias com até cinco salários-mínimos;
- Produção e recuperação de loteamentos destinados às famílias com até três salários-mínimos.

c) Plano Empresário Popular, Plano de Construção por Cooperativas e Programa de Habitação Popular para famílias com renda de três a doze salários-mínimos.

— Desenvolvimento e integração regional.

— Apoio à produção de açúcar e de álcool segundo o Programa Nacional do Alcool.

— Turismo:

- Infra-estrutura turística;
 - Construção de centros de convenções;
-

- Expansão da rede hoteleira;
- Construção de terminais turísticos.
 - Estímulo à agroindústria no Norte e Nordeste.
 - Implantação das ZPEs.
 - Apoio ao desenvolvimento do Complexo Industrial e Metalúrgico de Barcarena.
 - Acesso à terra, recursos hídricos e tecnologia ao pequeno produtor (PAPP).
 - Fortalecimento da infra-estrutura econômica e social do Tocantins e dos distritos agropecuário e industrial da Zona Franca de Manaus (sistema viário e de esgoto).
 - Desenvolvimento dos estados de Rondônia e Mato Grosso (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia — PLANAFLORO e Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Mato Grosso — PRODEAGRO).
 - Conservação e proteção do meio ambiente.
 - Apoio ao pequeno produtor rural.
- Infra-estrutura econômica e social.
- Projetos e Medidas para o Desenvolvimento da Região do Cerrado Setentrional Brasileiro (sul do MA, sudoeste do PI e norte de TO).
 - Desenvolvimento da área do corredor da Ferrovia de Carajás.
 - Ocupação produtiva para produção de grãos.

Prioridade 4: Consolidação e Recuperação da Infra-Estrutura

— Transportes:

- Recuperação e construção de rodovias;
- Expansão da frota e modernização portuária;
- Recuperação do sistema de transporte ferroviário urbano.

— Comunicações:

- Expansão de terminais telefônicos;
- Expansão do sistema de telefonia móvel;
- Continuidade do projeto de implantação do satélite brasileiro (BRASILSAT).
- Minas e metalurgia:
 - Pesquisas de recursos minerais;

- Projetos para expansão da produção de minério, ouro, alumínio, manganês e cobre;
- Implantação da lavra e da usina de beneficiamento de caulim.
- Energia:
 - Expansão da produção petrolífera (perfuração de poços);
 - Expansão do sistema de geração e transmissão de energia elétrica;
 - Pesquisas nas áreas de conservação de energia.

Prioridade 5: Abertura e Modernização da Economia

O governo federal lançou três planos básicos com a finalidade de tentar viabilizar essa prioridade: o Plano Nacional Agrícola (PNA), que também está incluso na prioridade Reforma Agrária e Incentivo à Produção Agrícola, o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que também se inserem nas prioridades de capacitação tecnológica determinadas pela Política de Ciência e Tecnologia.

Esses programas serviram de orientação para uma política de aplicação de recursos segundo prioridades que envolvem:

- expansão e modernização industrial;
- expansão e modernização agroindustrial;
- expansão e modernização da agropecuária; e
- capacitação tecnológica e qualidade.

A Política Industrial e de Comércio Exterior do governo Collor baseava-se na orientação dos créditos e financiamentos para os setores exportadores e setores portadores de tecnologia de ponta (informática, microeletrônica, biotecnologia, novos materiais e química fina), com a finalidade de elevar o dinamismo industrial. O PBQP buscava a melhoria da qualidade e produtividade nos complexos industriais, inclusive incentivando o treinamento e a formação de recursos humanos. Era interesse do governo também fomentar a exportação de bens de capital por intermédio de uma linha de financiamento do BNDES.

O exame do PCI e do PBQP, apesar de buscarem uma política industrial do tipo vertical na escolha setorial para a concessão de incentivos e créditos, era a determinação clara de prioridades não definidas [Bonelli (1994) e Erber (1991)]. A criação dos Grupos Executivos de Política Setorial (GEPS) em junho de 1990, e posteriormente em 1991, e a criação das Câmaras Setoriais passariam a ser um instrumento de definição dos setores industriais a serem beneficiados. Nesse sentido, tais instrumentos sofreram fortes críticas por servirem como fonte de interesses localizados, e a força dos *lobbies* nesses grupos determinaram os setores industri-

ais que deveriam ser incentivados, em detrimento de uma política industrial articulada.

3.3 Prioridades do Governo Itamar Franco

O PPA (1993 — 1995), em sua versão revisada, continuou a ser o norteador das ações do governo Itamar Franco. Por essa razão, o grupo abrangente de prioridades então estabelecidas para o final do governo Collor, em linhas gerais, também balizou o governo Itamar Franco. O esforço para a estabilidade econômica, com a reforma monetária, foi um passo decisivo para se conseguir vencer a inflação inercial. A agenda de estratégias do desenvolvimento apontava para a reestruturação do Estado e a descentralização das ações do governo, na tentativa de se estabelecerem direitos e deveres da União, dos estados, do DF e dos municípios para conseguir maior grau de eficiência na aplicação dos recursos. Algumas ações emergenciais foram tomadas: na área de políticas sociais, destacaram-se o combate à seca na região Nordeste e os programas de descentralização na distribuição da merenda escolar e do leite.

No governo Itamar Franco, houve preocupação destacada com a proteção do meio ambiente e a questão da Amazônia, inclusive com a criação do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Nesse sentido, as pressões internacionais devem ter refletido a elaboração de intenções prioritárias mais explícitas. A estratégia de abertura e modernidade da economia, que tentava buscar maior competitividade e qualidade dos produtos nacionais, continuou a ser uma meta do governo Itamar Franco, com a política de redução tarifária e incentivos às empresas que buscavam investimentos, objetivando melhorar o perfil produtivo. As Câmaras Setoriais eram responsáveis pela definição dos setores, porém suas ações eram limitadas por restrições já comentadas anteriormente. Os financiamentos dos investimentos com maior capacidade de geração de empregos, maior competitividade e maior dinamismo produtivo, em áreas das regiões Norte e Nordeste e no campo de conservação e despoluição do meio ambiente, foram prioridades do governo Itamar Franco.

A seguir, são descritas algumas ações e intenções setoriais do governo Itamar Franco.

3.3.1 Ações e Prioridades Setoriais

Prioridade 1: Educação, Ciência e Tecnologia

— Capacitação tecnológica/qualidade e produtividade:

- Fortalecimento de políticas e projetos de natureza estratégica (ação seletiva de setores estratégicos).

- Apoio ao PBQP: fortalecimento da capacitação tecnológica pelo financiamento de P&D da indústria, agropecuária, agroindústria e informática; incentivos à formulação de pesquisas na área ambiental (conservação dos ecossistemas da Amazônia), projetos de apoio à gestão da qualidade e ao aumento da produtividade de micro, pequenas e médias empresas.
- Financiamento de pesquisas na área de informática objetivando a produção e exportação de *softwares* nacionais.
- Pesquisas em áreas sociais (alimentos, habitação, saúde, saneamento, educação e desenvolvimento regional).
- Pesquisas nas áreas espaciais.
- Educação:
 - a) Educação básica:
 - Capacitação de recursos humanos;
 - Aquisição de material didático e equipamentos escolares;
 - Reativação dos centros de estudos supletivos (faixa de 15 a 29 anos).
 - b) Ensino técnico:
 - Aquisição de equipamentos.
 - c) Ensino superior:
 - Reforma, manutenção e aquisição de equipamentos de hospitais de ensino;
 - Fortalecimento do Projeto Farmácia — Escola;
 - Expansão do crédito educativo;
 - Restabelecimento dos valores das bolsas-de-estudos de pós-graduação.
 - d) Ensino a distância:
 - Capacitação de recursos humanos.

Prioridade 2: Reforma Agrária e Incentivo à Produção Agrícola

- Reforma agrária:
 - Assentamento de famílias e desapropriação de terras improdutivas;
 - Crédito e apoio técnico para famílias assentadas.
 - Agropecuária:
 - Pesquisas sobre novas tecnologias na produção vegetal e animal: sistema de produção de grãos, frutas e hortaliças, matérias-primas, animais e agrofloreais; manejo, conservação e recuperação dos recursos naturais, racionalização
-

zação da agricultura de subsistência, aumento da produtividade da lavoura cacaueira e incremento da qualidade e da produtividade da fruticultura.

- Política agrícola:
- Sistema de equivalência em produto no financiamento de custeio e investimentos para mini e pequenos produtores;
- Políticas de preços mínimos para o arroz e o milho;
- Incentivo à venda de produção agrícola em bolsas de mercadorias e futuros;
- Fornecimento de crédito para a produção e comercialização da safra de pequenos produtores.
- Defesa e vigilância sanitária:
- Erradicação da febre aftosa.
- Cooperativismo:
- Treinamentos de recursos humanos.

Prioridade 3: Recuperação e Conservação do Meio Ambiente Rural e Urbano

— Recuperação e conservação dos ecossistemas naturais (pantanal matogrossense, floresta atlântica, zona costeira, cerrados e caatinga).

— Política Nacional da Amazônia Legal:

- Preservação do meio ambiente:
- Melhoria das condições de vida da população (saúde, saneamento, educação, infra-estrutura, habitação e preservação da identidade cultural).

— Programa para proteção das florestas tropicais.

— Programa de controle da poluição: recursos hídricos, ar, som e incêndios florestais.

- Saneamento urbano e rural:
- Drenagem e infra-estrutura sanitária;
- Abastecimento de água;
- Sistema de esgotos;
- Modernização das companhias de saneamento;
- Coleta e disposição de recursos sólidos.
- Habitação:

a) Programa Habitar—Brasil para população com renda até três salários-mínimos:

- Produção de lotes na urbanização de favelas;
- Construção de moradias.

b) Programa de habitação para o cidadão e o trabalhador, para população de três a oito salários-mínimos:

- Financiamento de pessoa físicas;
- Construção de moradias por empresas ou sindicatos (sendo mutuários finais os empregados).

□ Desenvolvimento e integração regional:

a) Programa Emergencial de Combate à Seca:

- Aluguel de carros-pipa;
- Aquisição de equipamentos para execução das obras;
- Construção de adutoras;
- Recuperação e construção de estradas;
- Fabricação de telhas e tijolos;
- Recuperação de açudes, barragens e barreiros;
- Perfuração de poços profundos;
- Apoio ao pequeno produtor rural (PAPP);
- Sistema de abastecimento;
- Perfuração de poços artesianos;
- Construção de cisternas.

— Irrigação:

- Setor de fruticultura, sobretudo no Nordeste;
- Estímulo à agroindústria.

— Concentração dos recursos do FNE, FNO e FCO em empresas de menor porte.

— Construção de casas populares para trabalhadores na Zona Franca de Manaus.

— Programa de assentamento no Distrito Agropecuário de Manaus.

— Infra-estrutura urbana nos municípios da faixa de fronteira Norte, vales pobres de MG, áreas de influência do DF e nos municípios que sofreram impacto de grandes projetos federais (hidrelétricas, corredores de exportação e ferrovias).

□ Continuação dos projetos PLANAFLORO e PRODEAGRO para o desenvolvimento de Rondônia e Mato Grosso:

- Conservação e proteção do meio ambiente;
- Apoio ao pequeno produtor rural;
- Infra-estrutura econômica e social.
- Turismo:
- Recuperação de rodovias;
- Treinamento de recursos humanos;
- Infra-estrutura turística.

Prioridade 4: Consolidação e Recuperação de Infra-Estrutura

— Transportes:

- Recuperação do sistema de transportes urbanos de SP, RJ, MG, PE e CE;
- Recuperação e modernização dos corredores ferroviários GO — MG e PR;
- Retomada da construção da Ferrovia do Aço;
- Construção da FERRONORTE no MS para o escoamento da produção do Centro-Oeste;
- Recuperação das locomotivas da RFFSA e modernização e conservação dos trechos ferroviários;
- Implantação do rodotrilho/Carga RJ — SP e do rodotrilho/Areia no Vale do Paraíba;
- Duplicação de rodovias federais: BRs 381 (Fernão Dias), 116 (São Paulo — Curitiba) e 376/101 (Curitiba — Florianópolis);
- Financiamento da Linha Vermelha no RJ;
- Implementação dos corredores de transportes;
- Recuperação, sinalização e duplicação da malha rodoviária;
- Obras da ponte rodo-ferroviária São Borja(BR)/S.Tomé (Argentina), com recursos e exploração pela iniciativa privada;
- Recuperação de infra-estrutura e equipamentos dos portos em parceria com a iniciativa privada.

— Comunicação:

- Ampliação de terminais telefônicos (sobretudo a telefonia pública e a rural);
 - Implantação do sistema de fibras óticas em nível nacional (RJ/BH, BH/SP, RIO/FOR, RIO/P.ALEGRE) e em nível internacional;
-

- Lançamento de dois satélites de segunda geração;
- Reforma de agências dos Correios e aquisição de veículos;
- Ampliação do sistema de telefonia móvel celular e utilização da tecnologia celular e de satélites para expansão da oferta de telefonia pública nas áreas rurais.
- Energia:
 - Expansão da geração e transmissão de energia elétrica;
 - Expansão da capacidade instalada das refinarias no RS, MG, SP e BA;
 - Expansão da produção de petróleo e gás natural;
 - Construção de oleodutos (BA, PR/SC, SP/DF) e gasodutos (RJ/MG, RJ);
 - Pesquisas nas áreas tecnológicas do uso de recursos renováveis e da racionalização energética.
- Minas e metalurgia:
 - Ampliação da produção de alumínio (projeto ALUNORTE), cobre metálico, prata e ouro, em parceria da Companhia do Vale do Rio Doce — CVRD) com a SALOBO Metais (empresa privada);
 - Ampliação da extração de ouro no estado de Tocantins;
 - Construção de dois silos para grãos no porto de Tubarão pela CVRD;
 - Ampliação da produção de caulim no Pará, pela CVRD.

Prioridade 5: Abertura e Modernização da Economia

Para essa prioridade ficou estabelecido que as Câmaras Setoriais se encarregariam de promover acordos com o objetivo de elevar a produtividade, o nível de emprego, os investimentos e a competitividade. O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) foi reestruturado, com destaque para a criação de um subprograma para micro e pequenas empresas e o apoio a projetos de combate ao desperdício.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O grau de agregação dos dados disponíveis dos desembolsos das AFC não permite a realização de um quadro comparativo abrangente entre as prioridades do governo federal e as operações das agências, o que compromete parcialmente o objetivo do estudo.

Tomando-se o total do financiamento das AFC no período 1990/1994, do qual cerca de 34,4% destinaram-se ao financiamento de investimentos e o restante ao

financiamento da atividade produtiva, pode-se chegar a algumas conclusões fundamentais:

1) Os recursos destinados ao financiamento de investimento específico para expansão e modernização da indústria e da agropecuária, bem como para habitação, infra-estrutura e saneamento, seguiram as linhas básicas das prioridades fixadas pelo governo federal;

2) As informações obtidas das operações de financiamento destinados a capital de giro das empresas, pelo seu elevado grau de agregação, não permitem fazer um cruzamento mais preciso com as prioridades fixadas pelo governo. Porém, como se trata de operações realizadas com recursos captados no mercado pelas instituições, financeiras, é provável que se observe diminuta relação com os objetivos do governo federal. Vale destacar que essa atividade bancária absorve parcela expressiva do total das operações de crédito (34,1%), o que torna os bancos oficiais competidores com as instituições financeiras privadas, num segmento de mercado típico da iniciativa privada. Dessa forma, é perfeitamente justificável a idéia de privatizar algumas das AFC, tais como o Banco do Brasil e o Banco Meridional, entre outros. No caso específico do BB, quanto mais se guiar para critérios dos bancos privados, menos conseguirá justificar sua existência como banco estatal.

O próprio presidente da instituição sugere que a União deveria reduzir a participação acionária que detém no BB. Entretanto, para continuar interferindo na política de atuação do banco, seria criada uma *golden share*, um tipo de ação especial que dá poder de voto e de veto ao governo;

3) Na linha de financiamento para custeio e comercialização agrícola no período em análise, pode-se afirmar que existe grande identidade com os objetivos fixados pelo governo federal. Vale ressaltar que o financiamento da rede bancária privada se mantém fora ou atende apenas aos setores dinâmicos como a agroindústria e a exportação de produtos agropecuários. Na realidade, o crédito rural vem-se mantendo há muito tempo por meio de empréstimos dos bancos oficiais federais, o que torna o modelo brasileiro de crédito quase totalmente estatizado;

4) Cabe destacar que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal contribuíram com cerca de 54,3% e 21,1%, respectivamente, no total do financiamento das instituições financeiras federais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por sua vez, aplicou 14,0% do total, sendo 40% dos recursos para financiamento de investimento, enquanto o BB alocou cerca de 88,3% do total do crédito agropecuário;

5) Cumpre salientar ainda que o volume de recursos da ordem de US\$ 13,4 bilhões foi aplicado pelos bancos de caráter regional (BNB, BASA e Meridional) nas regiões Nordeste, Norte e Sul;

6) Não foi possível examinar a questão da observação das prioridades específicas por parte da rede bancária federal, pela impossibilidade de se obterem informações desagregadas dos desembolsos efetuados no período 1990/1994;

7) Os recursos canalizados para as atividades de turismo, capacitação tecnológica, qualidade e produtividade e meio ambiente corresponderam a 0,7% do total, o que revela a reduzida importância atribuída pelas instituições oficiais de crédito a essas prioridades;

8) Finalmente, o estudo não comprova a hipótese de que as AFC, ao longo dos últimos anos, têm praticamente exercido o monopólio no fornecimento de longo prazo para a economia brasileira. Pode-se concluir, a partir da reduzida participação do financiamento oficial na FBCF, que parcela expressiva do investimento tem sido efetuado com *funding* captado por diversas outras modalidades pelos empreendedores, tais como colocação de bônus no mercado doméstico e no internacional, debêntures por bancos de investimento, poupança própria, etc.

Diversas sugestões que visam tornar efetivas as prioridades governamentais nas decisões de alocação de recursos pelas AFC são apresentadas a seguir:

a) As AFC deveriam buscar a conciliação entre as prioridades de governo e a maximização do lucro em sua atividade bancária. Na alocação da poupança institucional, deveriam observar as áreas eminentemente prioritárias para a estratégia de desenvolvimento do governo;

b) As instituições federais de crédito deveriam procurar ampliar o seu *funding*. Para tanto, deveriam reestruturar os bancos de atacado (investimento), fundos de previdência complementar, empresas de *leasing* e companhias de seguros que fornecem fundos adequados e de maior maturidade;

c) As agências deveriam pautar suas decisões quanto à concessão de financiamento em adequados estudos de viabilidade, o que resultaria em concessões de financiamento feitas em função de análise técnica e de viabilidade econômica, não bastando a ênfase apenas em seu retorno social;

d) Objetivando induzir as agências a financiarem em maior proporção os projetos de investimento, seria recomendável a equalização de taxas de juros via alocação prévia de recursos orçamentários. Essa modalidade de promoção de investimento, de iniciativa do setor público, utilizaria recursos orçamentários normais. A justificativa é que certos projetos de investimento apresentam externalidades significativas, ou seja, possuem uma taxa social de retorno superior, e uma taxa privada de retorno (ao investidor) inferior à taxa real de juros de mercado. A única forma de viabilizar o financiamento seria contar com recursos fiscais para cobrir a diferença entre a taxa de captação e a taxa de diferimento;

e) A fim de estimular a captação de recursos para financiar projetos de investimento, deveria ser concedida isenção tributária, parcial ou total, incidente sobre

os títulos de longo prazo para propósito de fomento. Um título de longo prazo com isenção tributária poderia ser colocado no mercado a juros competitivos, ainda que com isenção apenas parcial de impostos. As agências poderiam usar tal isenção tributária para alongar a maturidade de seus títulos.

ANEXO ESTATÍSTICO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A CONTRIBUIÇÃO do FNE para geração de emprego e renda no Nordeste. — Fortaleza: 1994.
- ABDE. *Financiamento do desenvolvimento*. — Rio de Janeiro: 1994.
- ANDRÉ, A. Taxa de investimento e desempenho do BNDES: 1985/94. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, dez. 1995.
- BANCO DO BRASIL S.A. *Relatório anual do BB*. — Brasília: 1991-1995.
- BANCO MERIDIONAL. *Relatório anual do Banco Meridional do Brasil S.A.* — Porto Alegre: 1995.
- BASA - Banco da Amazônia S.A. *Fundo constitucional de financiamento do Norte - estratégia, desempenho e efeitos gerados - nov/1989 a jun/1994*. — Belém: 1995.
- BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. *Relatório de atividades do Banco do Nordeste do Brasil S.A.* — Fortaleza: 1991-1995.
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de atividades do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*. — Rio de Janeiro: 1993-1995.
- BONELLI, Régis. Uma agenda de política industrial. In: IPEA. *Perspectiva da economia brasileira*. — Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- BRASIL. Presidência da República. *Mensagem ao Congresso Nacional*. — Brasília: 1991, 1992 e 1994.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento. *Plano plurianual 1993/95*. — Brasília: 1992.
- ERBER, F. *Mudanças estruturais e política industrial*. — Rio de Janeiro: IPEA, 1991. (Relatório Interno, n. 5)
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil*. — Belo Horizonte: 1995. (Relatório de Pesquisa)
- VASCONCELOS, J.R e CÂNDIDO Júnior, J. O. O problema habitacional no Brasil: déficit, financiamento e perspectivas. — Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n. 392)

ANEXO ESTATÍSTICO

TABELA 6A
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema segundo a Natureza da Empresa

GR.Natu/Natureza	Anos				(Em US\$ mil correntes)				
	1990 (a)	1991 (b)	% (b/a)	Ano 1992 (c)	% (c/b)	Ano 1993 (d)	% (d/c)	Ano 1994 (e)(1)	% (e/d)
Privada	2 797 338,13	2 680 644,08	(4,17)	2 657 051,67	(0,88)	2 826 986,55	6,40	4 669 290,01	65,17
Empresa Privada	2 797 338,13	2 680 644,08	(4,17)	2 657 051,67	(0,88)	2 826 986,55	6,40	4 669 290,01	65,17
Adm. Púb. Dir. - Gov. Fed.	29 020,68	7 592,65	(73,84)	1 610,47	(78,79)	1 242,14	-	-	(100,00)
Adm. Púb. Dir. - Gov. Est.	4 588,55	48 547,47	958,01	226 917,26	367,41	119 320,64	7 309,04	87 756,83	(26,45)
Adm. Púb. Dir. - Gov. Mun.	5 658,47	2 909,72	(48,58)	1 253,32	(56,93)	89,10	(99,96)	-	(100,00)
Fundação Fed.	12 831,49	5 764,15	(55,08)	68,43	(98,81)	-	(100,00)	-	-
Empresa Pública Fed.	3 702,26	2 894,10	(21,83)	814,43	(71,86)	80,02	16,93	578,03	622,40
Soc. Econ. Mista - Fed.	118 862,01	197 454,39	66,12	198 226,64	0,39	262 159,83	32 089,39	710 671,96	171,08
Controlada Fed.	237 218,89	83 874,13	(64,64)	53 727,18	(35,94)	4 546,53	(97,71)	32 088,15	605,77
Fundação Est.	4 895,78	68,02	(98,61)	14,73	(78,34)	-	(100,00)	5 979,70	-
Autarquia Est.	10 189,79	546,71	(94,63)	485,43	(11,21)	-	(100,00)	-	-
Empresa Pública Est.	4 536,20	1 774,21	(60,89)	14,26	(99,20)	-	(100,00)	-	-
Soc. Econ. Mista - Est.	18 995,09	44 693,59	135,29	38 199,84	(14,53)	9 623,93	67 378,18	4 776,28	(50,37)
Controlada Est.	115,08	-	(100,00)	-	-	-	(100,00)	-	-
Fundação Mun.	68,29	246,08	260,35	75,93	(69,14)	-	(100,00)	-	-
Empresa Pública Mun.	-	367,33	-	-	(100,00)	-	-	-	-
Pública	450 682,59	396 732,54	(11,97)	521 407,94	31,43	397 062,20	(23,85)	841 850,95	112,02
Total	3 248 020,72	3 077 376,62	(5,25)	3 178 459,61	3,28	3 224 048,74	1,43	5 511 140,96	70,94

Fonte: BNDES.

TABELA 6B
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema para o Setor Privado segundo Ramos e Gêneros de Atividades

(Em US\$ mil correntes)

Ramo/Gênero	Anos		%	Ano		%	Ano		%	Ano		%
	1990 (a)	1991 (b)		1991 (b)	1992 (c)		1992 (c)	1993 (d)		1993 (d)	1994 (e)	
Mineração												
Ind. extr. mineral	40 712,01	19 290,40	(52,62)	54 237,63	181,16	(6,31)	50 815,90	50 732,92	(0,16)			
<i>(total)</i>	40 712,01	19 290,40	(52,62)	54 237,63	181,16		50 815,90	50 732,92	(0,16)			
Agropecuária	123 969,17	222 288,82	79,31	462 381,00	108,01	26,07	582 925,85	1 053 294,04	80,69			
<i>(total)</i>	123 969,17	222 288,82	79,31	462 381,00	108,01		582 925,85	1 053 294,04	80,69			
Prod. min. não-metálicos	60 736,79	36 988,24	(39,10)	54 605,99	47,63	82,79	99 816,64	105 491,90	5,69			
Metalurg./siderurg.	191 148,32	116 451,00	(39,08)	160 874,57	38,15		220 381,45	237 180,16	7,62			
Mecânica	69 097,11	76 204,67	10,29	94 362,43	23,83		125 897,03	231 005,52	83,49			
Mat. elêtr. e comunic.	70 851,86	41 746,33	(41,08)	54 159,89	29,74		63 319,63	92 029,05	45,34			
Material transporte	162 459,18	113 923,50	(29,88)	79 025,74	(30,63)		83 387,51	199 047,89	138,70			
Madeira	38 259,06	16 454,52	(56,99)	15 327,82	(6,85)		28 546,37	84 000,78	194,26			
Mobiliário	14 323,84	8 127,43	(43,26)	5 772,65	(28,97)		6 248,15	14 580,41	133,36			
Papel e papelão	788 072,83	621 258,82	(21,17)	378 860,28	(39,02)		298 656,82	196 709,04	(34,14)			
Borracha	8 152,27	14 151,09	73,58	5 490,68	(61,20)		8 046,08	14 079,78	74,99			
Couro, pele, art. viagem	6 484,07	4 938,69	(23,83)	4 241,37	(14,12)		4 465,62	6 534,83	46,34			
Química	346 909,81	429 432,68	23,79	161 542,82	(62,38)		95 804,96	128 723,70	34,36			
Prod. farm. e veterin.	7 703,78	3 799,79	(50,68)	6 839,64	80,00		8 518,47	6 642,74	(22,02)			
Perfum, sabões, velas	3 091,92	970,46	(68,61)	1 587,98	63,63		2 307,39	4 147,21	79,74			
Produto mat. plástica	81 790,85	66 372,47	(48,85)	53 025,54	(20,11)		65 733,67	144 010,09	119,08			
Têxtil	108 731,63	91 682,81	(15,68)	94 206,20	2,75		100 629,56	148 962,65	48,03			
Vestuário, calçados	22 920,93	24 826,04	8,31	13 570,79	(45,34)		13 971,92	32 370,51	131,68			
Benef. produto alimen.	184 480,65	187 225,45	1,49	184 074,24	(1,68)		177 391,60	366 411,30	106,56			
Bebidas	39 897,25	37 212,20	(6,73)	112 442,07	202,16		112 244,68	162 563,78	44,83			
Fumo	437,91	42 074,42	9 507,94	8 579,22	(79,61)		9 019,60	188,27	(97,91)			
Editorial e gráfica	11 425,48	11 337,13	(0,77)	18 221,32	60,72		14 717,40	24 423,20	65,95			
Outras indústrias	8 385,90	7 692,45	(8,27)	10 186,89	32,43		9 085,75	14 999,11	65,08			

(Continua)

(Continuação)

(Em US\$ mil correntes)

Ramo/Gênero	Anos				%				Anos				%			
	1990 (a)	1991 (b)	1992 (c)	1993 (d)	1994 (e)	1995 (f)	1996 (g)	1997 (h)	1998 (i)	1999 (j)	2000 (k)	2001 (l)	2002 (m)	2003 (n)	2004 (o)	2005 (p)
Indústria	2 225 361,45	1 952 870,19	1 516 998,12	(22,32)	1 548 190,27	2,06	2 214 101,91	43,01								
Ativ. apoio indústria	1 870,24	28 292,55	5 031,24	(82,22)	2 580,25	(48,72)	2 854,18	10,62								
Ativ. administrativas	8,07	9,04	132,42	1 365,00	527,59	298,41	944,09	78,94								
Construção	33 649,21	18 629,92	66 070,47	254,65	99 732,77	50,95	92 967,42	(6,78)								
Serv. indust., util. públ.	6 823,66	17 833,54	62 501,80	161,35	250,47	3,36	64 053,90	(0,85)								
Comércio varejista	13 926,98	27 018,27	24 727,34	94,00	25 703,45	3,95	79 683,79	210,01								
Comércio atacadista	3 198,87	3 477,00	6 164,57	8,69	10 134,50	64,40	31 233,19	208,19								
Inst. eréd. seg. capit.	39,99	405,98	436,14	7,43	1 928,11	342,08	2 506,32	29,99								
Com. imóvel val. mobil.	686,62	412,42	501,80	(39,94)	341,90	(31,86)	799,89	133,95								
Transportes	256 195,66	346 696,77	383 044,38	35,32	355 443,94	(7,21)	870 540,25	144,92								
Comunicações	22 624,50	65,94	8 537,66	(99,71)	12 847,48	(3,88)	40 917,90	398,62								
Alojamento alimentac.	20 337,88	12 888,34	33 897,27	(36,63)	163,01	10,59	78 388,27	109,10								
Serv. rep. manut. confe.	674,59	1 998,12	2 020,16	1,10	2 790,63	38,14	8 829,52	216,40								
Higiene pessoal saun.	5,42	-	-	(100,00)	-	-	6,97	2 245,79								
Diversão, radiofusão	2 392,05	2 411,23	1 629,51	0,80	338,17	(79,25)	3 743,64	1 007,04								
Serv. aux. diversos	34 565,22	17 047,46	16 245,81	(50,68)	24 821,62	52,79	52 911,63	113,17								
Serv. profissionais	5 514,14	7 557,31	11 137,75	37,05	10 212,31	(8,31)	20 623,65	101,95								
Adm. públic./autarquia	1 007,76	133,71	-	(86,73)	-	(100,00)	-	-								
Serviços	403 520,89	484 877,60	622 078,31	28,30	644 859,29	3,66	1 351 161,14	109,53								
Outros não-enquadrados	1 055,91	-	-	(100,00)	-	-	-	-								
Setores sociais	2 718,69	1 317,08	1 356,61	(51,55)	195,23	(85,61)	-	(100,00)								
Outros	3 774,60	1 317,08	1 356,61	(65,11)	195,23	(85,61)	-	(100,00)								
Total	2 797 338,13	2 680 644,08	2 657 051,67	(4,17)	2 826 986,54	6,40	4 669 290,01	65,17								

Fonte: BNDES.

TABELA 6C
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema para o Setor Público Federal segundo Ramos e Gêneros de Atividades Empresariais

(Em US\$ mil correntes)

Ramo/Gênero	Anos		%		Ano		%		Ano		%	
	1990(a)	1991(b)	(b/a)	1992(c)	(c/b)	1993(d)	(d/c)	1994(e)(1)	(e/d)			
Ind. extr. mineral	7 705,07	8 024,78	4,15	26,85	(99,67)	-	(100,00)	-	-			
Mineração (total)	7 705,07	8 024,78	4,15	26,85	(99,67)	-	(100,00)	-	-			
Prod. min. não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	25,67	-			
Metalurg./siderurg.	136 378,41	69 227,17	(49,24)	29 053,84	(58,03)	4 546,53	(84,35)	32 088,15	605,77			
Mecânica	13 155,47	76,38	(99,42)	-	(100,00)	-	-	258,10	-			
Papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-	160,02	-			
Mat. elétr. e comunic.	-	22,88	-	13,72	(40,04)	-	(100,00)	-	-			
Material transporte	1 327,00	13 620,07	926,38	20 727,34	52,18	23,53	(99,89)	-	(100,00)			
Madeira	-	3,27	-	-	(100,00)	-	-	-	-			
Benef. produto alimen.	-	31,66	-	-	(100,00)	-	-	-	-			
Editorial e gráfica	-	51,95	-	2,31	(95,56)	-	(100,00)	-	-			
Outras indústrias	-	10,63	-	-	(100,00)	-	-	-	-			

(Continua)

(Continuação)

(Em US\$ mil correntes)

Ramo/Gênero	Anos		%		Ano		%		Ano		%	
	1990(a)	1991(b)	(b/a)		1992(c)	(c/b)	1993(d)	(d/c)	1994(e)(1)	(e/d)		
Indústria (total)	150 860,88	83 044,02	(44,95)		49 797,21	(40,04)	4 570,05	(90,82)	32 531,94	611,85		
Serv. indust., util. públ.	81 903,00	39 491,09	(51,78)		118	199,98	173	46,58	280 426,96	61,50		
Inst. cred. seg. capit.	-	-	-		463,54	-	11 870,38	-	-	(100,00)		
Comércio varejista	-	2,33	-		-	(100,00)	-	-	-	-		
Transportes	115 765,51	151 125,15	30,54		83 790,69	(44,56)	76 701,40	(8,46)	76 347,77	(0,46)		
Comunicações	-	-	-		-	-	-	-	354 031,48	-		
Serv. aux. diversos	3 548,70	2 535,24	(28,56)		687,97	(72,86)	-	(100,00)	-	-		
Serviços (total)	201 217,20	193 153,81	(4,01)		942,21	5,07	262	29,21	710 806,21	171,08		
Total	359 783,16	284 222,61	(21,00)		766,28	(11,07)	266	5,55	743 338,15	178,63		
							785,07					

Fonte: BNDES.

TABELA 6D
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema para o Setor Público Estadual segundo Ramos e Gêneros de Atividades Empresariais

(Em US\$ mil correntes)

Ramo/Gênero	Anos		%		Ano		%		Ano		%	
	1990 (a)	1991 (b)	(b/a)	1992 (c)	(c/b)	1993 (d)	(d/c)	1994 (e)(1)	(e/d)			
<i>Indústria</i>												
Química	-	19,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benef. produto alimen.	-	-	-	-	-	2,55	-	-	-	-	-	-
	-	19,51	-	-	-	2,55	-	-	-	-	-	-
<i>Serviços</i>												
Serv. indust.. util. públ.	17 732,19	44 674,08	151,94	38	(14,51)	9 564,62	(74,96)	4	(50,16)			
Serviços profissionais	-	-	-	193,31	-	-	-	766,78	-			
Transportes	-	-	-	6,54	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-	56,76	-	-	-			
	17 732,19	44 674,08	151,94	38	(14,49)	9 621,39	(74,81)	4	(50,46)			
	199,84			199,84				766,78				
Total	17 732,19	44 693,59	152,05	38	(14,53)	9 623,93	(74,81)	4	(50,47)			
				199,84				766,78				

Fonte: BNDES.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema para o Setor Público Municipal
Atividades Empresariais

(Em US\$ mil correntes)

	Ramo/Gênero	Ano de 1991
Serviços	Administração pública/autarquias	367,33
	Total	367,33

Fonte: BNDES.

T A B E L A 6F
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema por Setor segundo Empresa/Programa
1990

(Em US\$ mil correntes)

Setor/ Atividade	BNDES + BNDESPAR		FINAME		Sistema BNDES	Capacitação		Meio Ambiente
	Invest. Fixo	Outros	FINAMEX	Outros		Tecnológica	Ambiente	
BK-Mecânica	33 832	14 773	-	33 646	82 251	1 940	-	-
BK-Eletrô	49 818	3 742	-	17 290	70 850	12 296	310	310
BK-Mat. transp.	140 265	1 333	-	22 186	163 784	2 291	-	-
Agroind./aliment.	112 488	1 491	-	70 507	184 486	-	3 543	3 543
Agroind./bebida	11 313	-	-	28 583	39 896	-	409	409
Agroind./fumo	103	-	-	334	437	-	-	-
Metalurgia	214 992	35 357	-	83 766	334 115	2 458	4 969	4 969
Papel/papelão	473 920	64 790	-	249 361	788 071	-	447	447
Química	259 343	2 551	-	85 132	347 026	15 108	1 352	1 352
Plástico	29 549	-	-	52 240	81 789	-	-	-
Têxtil	50 819	-	-	57 911	108 730	-	825	825
Outras ind.	88 682	6 252	-	86 549	181 483	2 599	1 780	1 780
Mineração	27 955	4 120	-	16 397	48 472	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

(Em US\$ mil correntes)

Setor/ Atividade	BNDES + BNDESPAR		FINAME		Sistema BNDES	Capacitação		Meio Ambiente
	Invest. Fixo	Outros	FINAMEX	Outros		Tecnológica	Ambiente	
Agropecuária	87 886	524	-	30 916	119 326	2 544	-	
IE- Construção	7 356	3 104	-	23 188	33 648	-	-	
IE-Energ.elétr.	88 507	4 453	-	18 995	111 955	-	-	
IE-Transporte	270 835	2 203	-	137 353	410 391	-	-	
IE-Comunicação	16 347	-	-	6 277	22 624	-	-	
IE-Outros	18 168	-	-	6 656	24 824	-	254	
Turismo	20 928	-	-	311	21 239	-	-	
Com/serv.	39 191	10 751	-	22 650	72 592	907	-	
Total	2 042 297	155 444	-	1 050 248	3 247 989	40 143	13 889	

Fonte: BNDES.

ABELA 6G
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema por Setor segundo Empresa/Programa 1991

Setor Atividade	BNDES + BNDESPAR		FINAME		Sistema BNDES	Capacitação Tecnológica	Meio Ambiente	
	Invest. Fixo	Outros	FINAMEX	Outros				
BK-Mecânica	18 604	374	28 240	29 060	76 278	855	-	-
BK-Eletrô	20 939	2 594	-	18 234	41 767	9 137	68	-
BK-Mat.transp.	95 798	13 620	-	18 125	127 543	1 077	-	-
Agroind./aliment.	125 349	793	-	61 113	187 255	1 003	1 862	-
Agroind./bebida	7 942	-	-	29 269	37 211	-	860	-
Agroind./fumo	40 603	-	-	1 470	42 073	-	-	-
Metalurgia	133 320	11 043	4 517	38 639	187 519	1 229	1 720	-
Papel/papelão	476 976	25 671	-	118 611	621 258	-	1 818	-
Química	337 574	17 015	-	74 862	429 451	7 897	1 307	-
Plástico	22 878	190	-	43 303	66 371	1 062	-	-
Têxtil	30 346	19 001	-	42 335	91 682	-	3 996	-
Outras ind.	66 273	928	-	62 149	129 350	817	966	-
Mineração	14 527	913	-	11 930	27 370	-	32	-
Agropecuária	52 731	-	-	164 174	216 905	1 832	-	-
IE-Construção	50 010	-	-	14 747	64 757	-	-	-
IE-Energ.elétr.	15 146	-	-	88 935	104 081	-	-	-
IE-Transporte	281 717	52 096	-	174 402	508 215	-	-	-
IE-Comunicação	-	-	-	65	65	-	-	-
IE-Outros	6 857	-	-	3 340	10 197	-	-	-
Turismo	13 178	-	-	585	13 763	-	-	-
Com/serv.	65 503	7 112	-	21 622	94 237	1 705	25 177	-
Total	1 876 271	151 350	32 757	1 016 970	3 077 348	26 614	37 806	37 806

Fonte: BNDES.

TABELA 6H
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema por Setor segundo Empresa/Programa (1992)

Setor/Atividade	BNDES+BNDESPAR		FINAME		Sistema BNDES	Capacidade Tecnológica	Meio Ambiente	
	Invest. Fixo	Outros	FINAMEX	Outros			Capacitação	Ambiente
BK-Mecânica	35 798	-	27 959	30 603	94 360	3 214	49	
BK-Eletrô	44 650	769	1 849	6 904	54 172	12 782	306	
BK-Mat.transp.	63 086	247	23 640	12 778	99 751	974	676	
Agroind./aliment.	95 701	5 386	-	82 986	184 073	2 185	3 201	
Agroind./bebida	40 218	30	-	72 193	112 441	-	70	
Agroind./fumo	1 214	-	-	7 364	8 578	-	-	
Metalurgia	79 575	26 357	-	71 294	189 927	1 101	6 706	
Papel/papelão	273 017	20 386	12 701	85 456	378 859	-	1 168	
Química	138 700	655	-	22 187	161 542	3 835	20 815	
Plástico	19 114	97	-	33 814	53 025	656	-	
Têxtil	64 449	39	-	29 717	94 205	1 519	5 111	
Outras ind.	85 420	-	-	50 426	135 846	1 213	2 090	
Mineração	42 536	-	-	11 728	54 264	-	390	
Agropecuária	115 377	16 969	-	330 035	462 381	-	495	
IE-Construção	142 255	-	-	21 649	163 904	-	4 030	
IE-Energ.elétr.	65 147	21 565	-	129 130	215 842	-	-	
IE-Transporte	303 815	1 475	-	289 849	595 139	-	-	
IE-Comunicação	7 268	-	-	1 269	8 537	2 121	-	
IE-Outros	3 808	1 153	-	5 769	10 730	-	-	
Turismo	30 695	-	-	166	30 861	-	-	
Com/serv.	46 699	2 298	-	20 997	69 994	1 753	4 769	
Total	1 698 542	97 426	66 149	1 316 314	3 178 431	31 353	49 876	

Fonte: BNDES.

TABELA 6I
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema por Setor segundo Empresa/Programa (1993)

Setor/ Atividade	BNDES + BNDESPAR		FINAME		Sistema BNDES	Capacidade Tecnológica		Meio Ambiente
	Invest. Fixo	Outros	FINAMEX	Outros		Tecnológica	Ambiente	
BK- Mecânica	43 836	107	45 408	36 544	125 895	1 283	-	-
BK- Eletro	31 171	18 061	2 643	11 442	63 317	16 310	263	263
BK-Mat. transp.	59 868	123	6 175	17 243	83 409	-	536	536
Agroind./aliment.	87 576	2 150	-	87 667	177 393	4 600	2 442	2 442
Agroind./bebida	79 802	255	-	32 185	112 242	-	422	422
Agroind./fumo	7 080	-	-	1 938	9 018	-	-	-
Metalurgia	150 375	6 161	3 864	64 526	224 926	34 028	24 933	24 933
Papel/papelão	160 761	93 277	-	44 617	298 655	-	1 644	1 644
Química	62 053	246	-	33 505	95 804	13 063	8 673	8 673
Plástico	12 222	-	-	53 510	65 732	262	103	103
Têxtil	62 814	839	-	36 975	100 628	1 455	1 012	1 012
Outras ind.	77 978	50 239	-	67 504	195 721	2 658	1 691	1 691
Mineração	41 378	680	-	8 756	50 814	-	1 047	1 047
Agropecuária	49 279	-	-	529 126	578 405	-	-	-
IE- Construção	93 656	-	-	18 285	111 941	-	45	45
IE- Energ. elétr.	62 678	43 854	-	139 323	245 855	-	-	-
IE- Transporte	296 526	8 411	-	227 357	532 294	-	-	-
IE- Comunicação	7 567	47	-	590	8 204	1 965	-	-
IE- Outros	2 576	19	-	4 869	7 464	-	-	-
Turismo	35 545	-	-	115	35 660	-	-	-
Com/serv.	52 069	14 878	-	33 688	100 635	2 033	10 059	10 059
Total	1 476 810	239 347	58 090	1 449 765	3 224 012	77 657	52 870	52 870

Fonte: BNDES.

TABELA 6J
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Desembolso do Sistema por Setor segundo Empresa/Programa (1994)*

(Em US\$ mil correntes)

Setor/ Atividade	BNDES + BNDESPAR			FINAME			Sistema		Capacitação		Meio Ambiente	
	Invest. Fixo	Outros		FINAMEX	Outros		BNDES		Tecnológica		Ambiente	
BK-Mecânica	21 774	-	139 875	69 613	231 262	5 214	11					
BK-Eletrô	34 897	-	33 022	24 109	92 028	12 202	-					
BK-Mat./transp.	114 563	-	55 391	29 092	199 046	5 928	475					
Agroind./aliment.	154 158	-	-	212 252	366 410	6 553	3 908					
Agroind./bebida	82 596	-	-	79 966	162 562	-	2 298					
Agroind./fumo	3	-	-	184	187	-	-					
Metalurgia	109 173	1 508	28 962	129 623	269 266	11 236	10 288					
Papel/papelão	166 691	-	-	30 177	196 868	207	7 367					
Química	66 595	5 017	-	57 109	128 721	7 573	17 839					
Plástico	45 079	1 463	-	97 467	144 009	-	124					
Têxtil	97 078	-	-	51 883	148 961	47	1 517					
Outras ind.	152 500	-	-	154 795	307 295	5 199	514					
Mineração	25 715	-	-	25 016	50 731	-	495					
Agropecuária	113 185	-	-	967 977	1 081 162	-	1					

(Continua)

(Continuação)

(Em US\$ mil correntes)

Setor/ Atividade	BNDES + BNDESPAR		FINAME		Sistema BNDES	Capacitação		Meio Ambiente
	Invest. Fixo	Outros	FINAMEX	Outros		Tecnológica	Ambiente	
IE-Construção	56 617	-	-	51 883	108 500	-	-	-
IE-Energ. elétr.	53 441	153 052	-	132 070	338 563	-	-	-
IE-Transporte	257 415	19 059	-	711 524	987 998	-	-	76
IE-Comunicação	286 281	108 499	-	168	394 948	-	-	-
IE-Outros	8 467	-	-	13 817	22 284	-	-	1 070
Turismo	77 345	-	-	750	78 095	-	-	-
Com/serv.	74 130	27 069	516	100 496	202 211	307	-	8 415
Total	1 997 703	315 667	257 766	2 939 971	5 511 107	54 466	54 466	54 398

Fonte: BNDES.

Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

TABELA 2A
Banco do Brasil
Operações de Crédito — Desemboço por Áreas e Setores
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%										
F. Financiamento	16 442 400	100,0	13 289 060	100,0	10 352 985	100,0	10 968 200	100,0	22 048 912	100,0	73 101 557	100,0
F.1. Financiamento de Investimento	4 776 405	29,0	2 589 640	19,5	1 038 332	10,0	847 931	7,7	3 096 719	14,0	12 349 027	16,9
F.1.1 Expansão e Modernização Agropecuária	196 007	1,2	220 462	1,7	643 682	6,2	749 610	6,8	1 700 090	7,7	3 509 851	4,8
F.1.2 Expansão e Modernização Industrial	3 289 016	20,0	2 276 199	17,1	348 561	3,4	68 809	0,6	996 881	4,5	6 979 466	9,5
F.1.3 Expansão e Modernização Comercial	19 582	0,1	8 241	0,1	3 871	0,0	3 565	0,0	142 015	0,6	177 274	0,2
F.1.4 Expansão e Modernização de Serviços.	16 622	0,1	43 967	0,3	39 832	0,4	19 536	0,2	199 045	0,9	319 002	0,4
F.1.5 Atividades Não-Especificadas.	1 255 178	7,6	40 771	0,3	2 386	0,0	6 411	0,1	58 688	0,3	1 363 434	1,9
F.2. Financiamento da Atividade Produtiva	11 665 995	71,0	10 699 420	80,5	9 314 653	90,0	10 120 269	92,3	18 952 193	86,0	60 752 530	83,1
F.2.1 Custeio da Atividade Agropecuária	3 865 675	23,5	3 840 292	28,9	3 053 797	29,5	5 750 772	52,4	4 456 998	20,2	20 967 534	28,7
F.2.2 Crédito para Capital de Giro	7 180 943	43,7	6 246 560	47,0	4 260 945	41,2	2 414 316	22,0	8 243 963	37,4	28 346 727	38,8
F.2.2.1 Atividade Industrial	4 012 124	24,4	3 106 862	23,4	2 618 338	25,3	1 015 636	9,3	2 507 497	11,4	13 260 457	18,1
F.2.2.2 Atividade Comercial	1 075 828	6,5	812 115	6,1	845 436	8,2	647 005	5,9	2 111 546	9,6	5 491 930	7,5
F.2.2.3 Atividade de Prestação de Serviços	960 112	5,8	457 569	3,4	521 794	5,0	290 861	2,7	888 792	4,0	3 119 128	4,3
F.2.2.4 Custeio de Atividades Não-Especificadas	1 132 879	6,9	1 870 014	14,1	275 377	2,7	460 814	4,2	2 736 128	12,4	6 475 212	8,9
F.2.3 Comercialização Agropecuária	619 377	3,8	612 568	4,6	1 999 911	19,3	943 368	8,6	1 780 786	8,1	5 956 010	8,1
F.2.4 Outros	-	-	-	-	-	-	1 011 813	9,2	4 470 446	20,3	5 482 259	7,5

Fonte: ESCAI - Mensário Estatístico e os relatórios IND 743 e RUK 743 do Banco do Brasil.

Notas: * Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Obs.: a) Os desembolsos correspondem aos valores contratados com as atividades agrícola, pecuária, industrial, comercial, serviços, atividades não-especificadas e outros.
b) Utilizou-se a taxa de câmbio média mensal de venda correspondente à moeda vigente à época para fazer a transformação dos dados para dólar do período de janeiro/90 a agosto/93.
c) No período de setembro/90 a dezembro/94, utilizou-se a taxa de câmbio média mensal de venda em reais.

TABELA 2D Quantidade de Contratos e Unidades Beneficiadas com Desembolso do SFH — SBPE 1990 — 1994

Região/ Estado	1990		1991		1992		1993		1994		Total				
	Pessoa Jurídica		Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Pessoa Física				
	Contratos	Unidades	Contr./Unid.	Pessoa Física	Contratos	Unidades	Contr./Unid.	Pessoa Física	Contratos	Unidades	Contr./Unid.	Pessoa Física			
Centro-Oeste	194	15 330	1 257	1 373	83	7 149	1 442	34	4 784	6	3 195	665	429	39 949	5 211
DF	50	7 022	817	742	20	3 828	1 003	11	3 609	1	2 981	357	108	22 012	3 318
MS	9	393	65	73	3	158	49	2	122	7	34	135	19	881	329
GO	112	6 568	248	305	47	2 263	288	18	907	4	180	27	250	13 763	917
MT	23	1 347	127	253	13	900	102	3	146	0	0	146	52	3 293	647
Nordeste	627	41 044	2 689	3 387	308	16 021	2 643	100	5 886	34	2 761	1 108	1 506	91 707	11 160
AL	70	3 299	173	138	36	1 432	232	14	621	161	6	289	145	7 259	849
BA	152	15 964	687	716	72	4 668	623	24	2 156	157	12	1 670	372	35 145	2 345
CE	82	4 434	417	2 776	43	2 057	266	11	788	179	1	128	14	10 183	1 359
MA	38	3 008	496	700	15	956	399	9	507	259	4	172	84	5 755	2 338
PB	34	1 013	222	246	15	397	133	4	196	45	0	6	74	2 178	652
PE	164	7 971	275	557	97	4 846	704	35	1 478	202	11	502	148	20 492	1 886
PI	25	925	126	148	14	520	88	2	126	26	0	21	65	2 478	409
RN	18	1 040	192	253	5	90	157	1	14	171	0	0	33	1 582	836
SE	44	3 390	101	146	11	1 055	41	0	0	133	0	0	84	6 635	486
Norte	114	5 864	636	432	34	2 306	534	17	1 130	98	8	498	244	13 523	1 764
AM	13	885	240	65	3	243	28	1	78	5	1	78	23	1 567	361
AC	2	50	0	27	1	34	13	0	0	0	0	0	5	134	40
RO	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	17
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	95	4 737	350	291	30	2 029	464	16	1 052	62	7	420	25	208	1 192
AP	2	144	0	144	0	0	2	0	0	31	0	2	4	288	35
TO	2	48	46	49	0	0	24	0	0	0	0	0	4	96	119
Sudeste	686	48 068	3 938	5 253	350	20 037	4 359	150	11 592	1 424	33	4 596	1 676	113 242	15 513
ES	65	2 351	59	118	42	1 255	92	22	841	8	2	94	10	181	6 287
MG	107	3 169	1 496	1 799	61	1 321	1 287	19	691	787	3	93	219	2 69	7 073
RJ	174	16 521	496	528	84	7 356	637	34	4 552	27	13	3 335	431	44 250	1 721
SP	340	26 027	1 887	2 941	163	10 105	2 343	75	5 508	602	15	1 074	7 95	55 632	8 050
Sul	466	21 523	1 779	3 096	290	12 652	2 923	116	5 636	900	23	1 267	443	1 255	56 398
PR	269	14 427	1 044	1 971	172	8 325	1 093	66	3 849	419	20	1 197	245	37 829	4 772
SC	111	4 399	327	475	66	2 467	649	28	1 140	114	2	43	116	11 286	1 681
RS	86	2 697	408	650	52	1 860	1 181	22	647	367	1	27	82	7 283	2 688
Total	2 087	131 829	10 299	13 541	1 065	58 165	11 901	417	29 028	4 229	104	12 317	2 819	5 110	314 819

Fonte: CEF.

TABELA 2L
Banco do Nordeste do Brasil
Operações de Crédito — Desembolsos por Áreas e Setores *
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%										
F. Financiamento	1 591 770	100,0	1 314 532	100,0	1 062 292	100,0	1 396 424	100,0	1 664 881	100,0	7 029 899	100,0
F.1 Financiamento de Investimento	614 948	38,6	532 220	40,5	496 440	46,7	700 252	50,1	633 352	38,0	2 977 212	42,4
F.1.1 Recursos do FNE	590 522	37,1	462 420	35,2	462 196	43,5	666 581	47,7	626 313	37,6	2 808 032	39,9
F.1.1.1 Setor Rural	420 451	26,4	162 309	12,3	183 029	17,2	413 280	29,6	461 593	27,7	1 640 662	23,3
F.1.1.2 Setor Agroindustrial	-	-	48 554	3,7	73 952	7,0	50 660	3,6	18 789	1,1	191 955	2,7
F.1.1.3 Setor Industrial	170 071	10,7	251 557	19,1	205 215	19,3	202 641	14,5	145 931	8,8	975 415	13,9
F.1.2 Recursos Próprios	13 046	0,8	34 336	2,6	34 244	3,2	33 671	2,4	7 039	0,4	122 336	1,7
F.1.2.1 Setor Industrial	13 046	0,8	34 336	2,6	34 244	3,2	33 671	2,4	7 039	0,4	122 336	1,7
F.1.3 Recursos do BID	11 380	0,7	35 464	2,7	-	-	-	-	-	-	46 844	0,7
F.1.3.1 Setor Industrial	11 380	0,7	35 464	2,7	-	-	-	-	-	-	46 844	0,7
F.2 Financ. de Apoio à Ativ. Industrial	976 822	61,4	782 312	59,5	565 852	53,3	696 172	49,9	1 031 529	62,0	4 052 687	57,6
F.2.1 Capital de Giro	559 996	35,2	485 854	37,0	286 866	27,0	459 117	32,9	715 891	43,0	2 507 724	35,7
F.2.2 Exportação	355 806	22,4	215 548	16,4	227 557	21,4	171 331	12,3	192 088	11,5	1 162 330	16,5
F.2.3 Importação	61 020	3,8	80 910	6,2	51 429	4,8	65 724	4,7	123 550	7,4	382 633	5,4

Fonte: BNB - DERIN.

Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Obs.: a) Estão excluídos os desembolsos para financiamento de investimentos com recursos do BNDES.

b) As realiações de recursos são consideradas como novos investimentos.

c) Os desembolsos de capital de giro referem-se a operações de desconto de títulos e de abertura de crédito (fixo e rotativo). Essas operações, nos anos 1990/1993, tiveram um prazo médio estimado em noventa dias, enquanto que nos dois últimos anos esse prazo foi de sessenta dias.

d) Nas operações de câmbio, as exportações tiveram prazo médio estimado em noventa dias, enquanto que nas importações esse prazo foi de 180 dias.

TABELA 20
Banco da Amazônia — BASA
Operações de Crédito — Desembolsos*
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994**		Total	
	Valor	%	Valor	%								
F. Financiamento	415 200	100,0	895 900	100,0	625 000	100,0	502 600	100,0	700 900	100,0	3 139 600	100,0
F. 1 Financiamento de Investimento	186 900	45,0	126 100	14,1	109 800	17,6	133 600	26,6	154 300	22,0	710 700	22,6
F. 1.1 Expansão e Modernização da Agricultura	20 800	5,0	25 800	2,9	24 400	3,9	33 400	6,6	34 100	4,9	138 500	4,4
F. 1.2 Expansão e Modernização da Pecuária	120 900	29,1	63 000	7,0	53 600	8,6	59 500	11,8	101 400	14,5	398 400	12,7
F. 1.3 Expansão e Modernização da Indústria	43 400	10,5	35 900	4,0	26 900	4,3	39 200	7,8	17 100	2,4	162 500	5,2
F. 1.4 Expansão e Modernização da Agroindústria	1 800	0,4	1 400	0,2	4 900	0,8	1 500	0,3	1 700	0,2	11 300	0,4
F. 2 Financiamento da Atividade Produtiva	228 300	55,0	769 800	85,9	515 200	82,4	369 000	73,4	546 600	78,0	2 428 900	77,4
F. 2.1 Crédito para Capital de Giro	-	0,0	623 800	69,6	418 800	67,0	311 700	62,0	494 600	70,6	1 848 900	58,9
F. 2.2 Exportação	228 300	55,0	146 000	16,3	96 400	15,4	57 300	11,4	52 000	7,4	580 000	18,5

Fonte: BASA.

Notas: * Estão excluídos os desembolsos para financiamento de investimento com recursos do BNDES.

**Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

TABELA 2R
Banco Meridional do Brasil
Operações de Crédito — Desembolsos
1990 — 1994

(Em US\$ mil correntes)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*		Total	
	Valor	%	Valor	%								
F. Financiamento	592 000	100,0	433 000	100,0	650 000	100,0	766 000	100,0	823 000	100,0	3 264 000	100,0
F.1 Financiamento de Investimento	204 000	34,5	181 000	41,8	218 000	33,5	218 000	28,5	228 000	27,7	1 049 000	32,1
F.1.1 Habitação	204 000	34,5	181 000	41,8	218 000	33,5	218 000	28,5	228 000	27,7	1 049 000	32,1
F.2 Financiamento da Atividade Produtiva	388 000	65,5	252 000	58,2	432 000	66,5	548 000	71,5	595 000	72,3	2 215 000	67,9
F.2.1 Exportação	22 000	3,7	42 000	9,7	51 000	7,8	38 000	5,0	30 000	3,6	183 000	5,6
F.2.2 Rural	21 000	3,5	15 000	3,5	18 000	2,8	27 000	3,5	20 000	2,4	101 000	3,1
F.2.3 Crédito para Capital de Giro	345 000	58,3	195 000	45,0	363 000	55,8	483 000	63,1	545 000	66,2	1 931 000	59,2
F.2.3.1 Indústria	199 000	33,6	103 000	23,8	172 000	26,5	188 000	24,5	193 000	23,5	855 000	26,2
F.2.3.2 Comércio	86 000	14,5	49 000	11,3	82 000	12,6	123 000	16,1	172 000	20,9	512 000	15,7
F.2.3.3 Outros Serviços	31 000	5,2	29 000	6,7	58 000	8,9	77 000	10,1	73 000	8,9	268 000	8,2
F.2.3.4 Pessoas Físicas	22 000	3,7	10 000	2,3	47 000	7,2	91 000	11,9	103 000	12,5	273 000	8,4
F.2.3.5 Setor Público	7 000	1,2	4 000	0,9	4 000	0,6	4 000	0,5	4 000	0,5	23 000	0,7

Fonte: Banco Meridional do Brasil S.A.
Nota: *Valor afetado pela apreciação do real frente ao dólar.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)